

Impérios Negados

Para aqueles apanhados na sua esteira terrível, a Segunda Guerra Mundial foi o fim do mundo. O conflito esmagou a frágil estrutura da sociedade internacional, já bastante abalada depois de 1918. Derrubou Estados ou destruiu os seus aparelhos. Bloqueou os canais do comércio e criou novas formas de dependência económica. Impôs aos povos e governos novos e enormes fardos que estes mal podiam suportar, financeira ou fisicamente. Criou novas formas de poder coercivo através da propaganda, do policiamento e de uma rede intrincada de controlos económicos. Elevou a ideologia a níveis históricos, no seu esforço de motivação e mobilização. Lançou uma torrente de distúrbios violentos que se estenderam muito para além das zonas de batalha ou da marcha dos exércitos. Deslocou, escravizou ou assassinou quantidades enormes de pessoas, sobretudo na Europa, no Sudeste Asiático e na China. Qualquer que fosse o seu desfecho, a guerra iria com certeza ensombrar a paz que se seguisse. A gigantesca tarefa da reconstrução recairia sobre povos e governos exaustos e desorientados ⁽¹⁾. No mundo pós-guerra, a coesão – ou disciplina – social e política seria o objetivo primordial. Os Estados que mantivessem (ou ultrapassassem) a sua produção do tempo de guerra teriam uma grande vantagem em qualquer luta pelo poder. Uma coisa era certa: não havia regresso possível ao *statu quo*, mesmo que isso tivesse existido nos turbulentos anos 30. Como o mundo antes de 1914, o mundo anterior a 1939 desaparecera de vez.

É evidente que isso não significava que o mundo fosse uma paisagem lunar em que tudo seria novo. Apesar das terríveis pressões do conflito, vastas zonas do mundo – nas Américas e em África – tinham preservado a sua ordem social e política. Em grande parte do resto do mundo, o maior desejo das populações civis era (quase certamente) livrar-se das exigências da autoridade e recuperar pelo menos um pouco de uma vida doméstica normal. Levariam a mal novas regras, novos apelos ao seu trabalho ou novas privações materiais. As potências vencedoras trariam para a paz muitos objetivos e pressupostos antigos, por mais modificados que estivessem pelo extraordinário rumo da guerra. Onde pudessem, aproveitariam as forças deixadas pela guerra para construir uma nova ordem em sintonia com os seus interesses – se conseguissem defini-los. Na realidade, era pouco provável que concordassem todas com um projeto único para a paz (outro legado dos anos entre as guerras) ou tivessem a vontade ou os meios para o impor mundialmente. O mundo do pós-guerra, portanto (quaisquer que tivessem sido os sonhos dos profetas ou planeadores), não era um novo começo nem uma cura para o conflito. Fazia lembrar uma cidade bombardeada em que a necessidade mais urgente era escorar os edifícios que tinham sobrevivido ao ataque e dividir os restantes entre empreiteiros rivais. Mas com pouco consenso sobre onde reconstruir ou o que demolir e reivindicações concorrentes a algumas das ruínas maiores, a reconstrução seria lenta, conflituosa e difícil. Depois de 1949, este ambiente venenoso tornou-se ainda mais corrosivo, uma vez que as duas superpotências possuíam os meios para a destruição maciça usando armas atómicas. Este foi o contexto em que os velhos impérios se desfizeram e os novos se construíram.

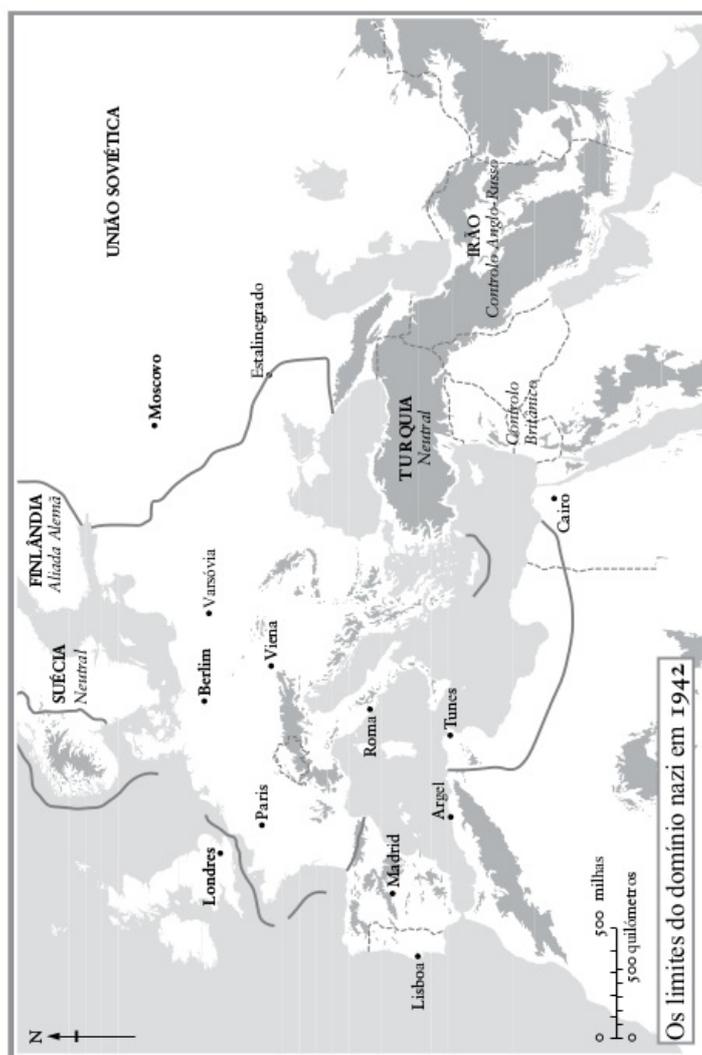
A Eurásia Repartida

O ponto de viragem na guerra mundial surgiu em 1942-1943. Na Batalha de Midway, em junho de 1942, a América destruiu o poder ofensivo da marinha de guerra japonesa no Pacífico Ocidental. Em El Alamein, em outubro-novembro de 1942, o esforço germano-italiano para conquistar o Egito e dividir o Império Britânico sofreu um revés decisivo. Acima de tudo, em Estalinegrado e na batalha de tanques de Kursk, as esperanças alemãs de derrotar a União Soviética foram efetivamente destruídas. Quaisquer que fossem os seus sucessos, depois de meados de 1943 as potências do Eixo não conseguiriam vencer completamente e não poderia haver qualquer nova ordem mundial concebida em Tóquio e Berlim. O que permanecia ainda muito incerto era quando e como a guerra terminaria e qual seria o estado do mundo e o

equilíbrio de forças entre as potências vencedoras quando isso acontecesse. Uma derrota dos Aliados na Normandia, em junho de 1944, ou uma vitória japonesa em Imphal, na fronteira da Índia, mais ou menos ao mesmo tempo, teriam tido consequências drásticas.

Entretanto, do lado das «Nações Unidas», como a coligação anti-Eixo começou a intitular-se, o fim da antiga ordem colonial era o objetivo público dos dois aliados mais fortes, os Estados Unidos e a União Soviética. Em Moscou, a hostilidade contra o imperialismo (exceto o do tipo soviético) era axiomática. A destruição dos impérios anunciaria a queda inevitável do capitalismo. O presidente americano Franklin D. Roosevelt não escondia a sua aversão ao domínio colonial europeu, se bem que por uma questão de deferência para com Churchill guardasse grande parte das suas críticas para os pecados do colonialismo francês. A maioria dos políticos americanos achava que os britânicos, apesar do heroísmo na defesa das suas Ilhas, eram irremediavelmente decadentes como potência imperial. Na realidade, esta opinião também tinha partidários no seio da própria Grã-Bretanha. A queda de Singapura, a perda da Malásia e da Birmânia, o fraco desempenho das forças britânicas e a falta de entusiasmo pela causa imperial dos súbditos asiáticos da Grã-Bretanha, nomeadamente na Índia, pareciam indicar que o século do predomínio britânico no Sul e Sudeste da Ásia tinha chegado ao fim. Insistir num imperialismo antiquado seria inútil e perigoso. Em *Soviet Light on the Colonies* (uma edição especial da Penguin de 1944), um crítico-especialista comparava desfavoravelmente a política colonial britânica com a prática soviética nas repúblicas da Ásia Central ⁽²⁾. O próprio governo, preocupado com a hostilidade da opinião pública americana, lançou uma «campanha de charme» para apresentar o domínio imperial como uma parceria benéfica para promover a democracia e o desenvolvimento entre os povos «atrasados» ⁽³⁾. Os governos coloniais receberam indicações para alargar a vida política e realizar mais eleições. Nada disto passou ao lado dos políticos coloniais. Qualquer que fosse o resultado da guerra, este iria certamente quebrar o impasse na política colonial. Um grande símbolo de mudança parecia já evidenciar-se. Em 1943, o que restava dos tratados desiguais da China foi finalmente eliminado quando os britânicos renunciaram aos privilégios que ainda detinham na região, considerando-os supérfluos.

No entanto, o rumo da guerra não oferecia qualquer garantia de que o mundo de impérios seria facilmente transformado num mundo de nações. A primeira região estabilizada pelas potências aliadas foi o Médio Oriente. O resultado imediato foi o restabelecimento da primazia que os britânicos tinham tido desde 1918. Com efeito, a vitória permitiu-lhes reforçá-la – aparentemente. Eles tinham transformado o Cairo no centro de uma enorme esfera operacional no Mediterrâneo e no Médio Oriente. A «Zona do Canal de Suez», delimitada no tratado anglo-egípcio de 1936, era um grande enclave militar que alojava milhares de soldados e com oficinas e armazéns, campos de treino e aeródromos. Era um bastião de poder a partir do qual forças britânicas podiam ser enviadas para qualquer lado. Na realidade, os britânicos mostravam poucos sinais de achar que deviam renunciar ao seu domínio no Médio Oriente. Temiam uma recuperação do poder soviético, e desconfiavam dos desígnios de Estaline para o Norte do Irão (ocupado durante a guerra por tropas soviéticas) e para os Estreitos turcos. Estavam decididos a proteger as suas concessões petrolíferas no Sudoeste do Irão e no seu enclave em Abadan, à beira do Golfo. Consideravam o Médio Oriente uma plataforma vital para a projeção da sua autoridade sobre a metade oriental do mundo. O seu objetivo não era estabelecer um domínio colonial ao estilo antigo, rejeitado duas décadas antes por ser pouco prático, mas transformar a política local de um modo conveniente. O seu pressuposto básico era que os nacionalistas «moderados» no Egito, no Irão e nos países árabes aceitariam uma presença britânica mais «discreta» em troca de promessas de proteção contra ataques externos e um pacote generoso de ajuda económica. O que não conseguiram prever foi a rapidez com que o conflito entre árabes e judeus na Palestina (administrada pelos britânicos sob mandato internacional) seria agravado pela enchente de refugiados judeus que chegou no final da guerra, e como a sua influência iria sofrer com a convicção dos árabes de que a criação de Israel (e a derrota árabe na guerra da Palestina que se seguiu à retirada britânica em 1948) tinha sido um ato de traição britânica. O fim do império no Médio Oriente seria tudo menos uma transição consensual para uma época de Estados-nações.



A questão da Palestina, o risco da rivalidade anglo-soviética e a crescente importância das reservas de petróleo faziam depender o futuro do Médio Oriente do resultado da guerra na Europa. Num mundo ideal, teria havido um acordo europeu para repor o sistema de Estados que existia antes da guerra, restaurar o autogoverno democrático e promover a recuperação económica. Se tivesse surgido uma «nova Europa» para equilibrar o poder dos Estados Unidos e da União Soviética, o padrão geral do mundo do pós-guerra teria sido muito diferente. Mas o rumo da guerra tornou impossível semelhante desfecho. A insistência dos Aliados na «rendição incondicional» dos alemães (resultado não só da aversão ao regime nazi mas também do receio de que a negociação os dividiria) e a determinação de Hitler de lutar até ao fim, transformaram quase toda a Europa num vasto campo de batalha em 1944-1945. Grande parte do continente já se tornara um colossal império nazi mobilizado para a guerra, obliterando Estados, deslocando comunidades e exterminando minorias. Nos terríveis estertores da morte do imperialismo nazi na Europa Central, Ocidental e de Leste, a dimensão da violência, as divisões étnicas e ideológicas e o estigma da colaboração, forçada ou não, constituíram um legado fatídico. Num clima de medo, vingança e ódio, a missão de restabelecer governos democráticos e independentes (sobretudo na Europa de Leste) encontrava-se terrivelmente vulnerável ao conflito social ou racial e à pressão externa. Uma restauração rápida do lugar da Europa no mundo era impossível. O que aconteceu foi uma luta de sucessão entre as potências vencedoras e os seus aliados locais pelo controlo do defunto império nazi.

A partilha da Europa não ocorreu imediatamente. As expectativas iniciais de Estaline, Roosevelt e Churchill, aparentemente, tinham sido de uma divisão aproximada de interesses que reconhecesse o domínio soviético na Polónia, Roménia e Bulgária, mas deixasse uma vasta «esfera central» - incluindo a Áustria, a Hungria e a Checoslováquia - cujo futuro seria resolvido através da paz europeia. Mas só se podia obter uma verdadeira paz europeia se se encontrasse uma solução para o problema da Alemanha. O receio de uma recuperação alemã, de um novo domínio alemão ou de um segundo império nazi erguido sobre as ruínas da Europa

Central e de Leste dominou a diplomacia dos Aliados. Por razões óbvias, este era o elemento predominante no pensamento soviético. A reconstrução da Europa devia por isso fazer-se num continente livre da agressão alemã. Uma comissão das quatro potências (a França juntar-se-ia aos «Três Grandes») devia desmantelar permanentemente o aparelho e as fontes do imperialismo alemão. Desarmada, desnazificada e desindustrializada, a Alemanha já não poderia construir outro império. Mas foi por causa deste plano que os Aliados se desentenderam. Para as potências ocidentais a recuperação económica era fundamental. Elas temiam que o seu adiamento provocasse uma imensa agitação na Europa Ocidental, e recusaram-se a adiar a normalização económica na sua zona da Alemanha. Quando Estaline se opôs, elas avançaram na mesma. Após o bloqueio de Berlim em 1948 (a resposta de Estaline), a supervisão conjunta da Alemanha foi abandonada a favor de uma partilha efetiva. Por toda a Europa Central e de Leste, o poder soviético ajudou a instalar governos chefiados por comunistas e subservientes a Moscovo (a Jugoslávia foi a exceção). No ocidente, a ajuda financeira americana (através do Plano Marshall) e a garantia de proteção contra a pressão soviética consolidaram uma economia mista e uma política democrática.

A divisão da Europa foi um facto crucial no mundo do pós-guerra. Assinalou a rutura final da unidade entre os Aliados. Reforçou a convicção de Estaline de que enfrentava uma ofensiva americana ⁽⁴⁾ – uma vez que o capitalismo não podia tolerar a experiência soviética. Quando ao domínio soviético sobre a Polónia, Roménia e Bulgária se seguiram esforços para afirmar a influência soviética no Irão, Turquia e Grécia, a opinião em Washington mudou rapidamente. Pois isso parecia confirmar a ideia, já enunciada pelo especialista americano em política soviética George Kennan, no seu famoso «longo telegrama» de Moscovo em 1946, de que a União Soviética estava decidida a expandir-se. Kennan argumentava que a expansão soviética era não só impulsionada pela ideologia mas também a continuação da expansão czarista com uma nova direção ⁽⁵⁾. Na política americana, o argumento a favor de conter a ameaça soviética e aceitar um enorme e novo compromisso de defender a Europa Ocidental aliou-se ao medo paranoico de uma conspiração comunista contra a liberdade americana – a visão sombria que daria origem ao macarthismo. Estas atitudes consolidaram uma visão ideológica da rivalidade internacional e estabeleceram os fundamentos teóricos para a intervenção americana em qualquer parte do mundo. Quando a Coreia do Norte (o Estado criado a partir da esfera soviética na península coreana depois da expulsão do Japão em 1945) atacou a Coreia do Sul em junho de 1950, a convicção de que a América estava envolvida numa guerra fria mundial contra a expansão soviética tornou-se a regra cardinal da política americana. Entretanto, a divisão da Europa empurrou a sua metade ocidental para uma dependência do poder americano muito maior do que alguém teria imaginado no final da guerra – um padrão reproduzido no Leste controlado pelos soviéticos. Para o mundo além da Europa, os resultados da partilha da Europa foram ainda mais surpreendentes.

Já vimos que os líderes americanos antipatizavam bastante com os impérios coloniais governados a partir da Europa. Na sua opinião, estes impérios eram relíquias do feudalismo: bastiões de privilégio; negações da democracia; ineficientes, retrógrados e grosseiros. Pior do que isso, funcionavam como zonas de exclusão económica, bloqueando a entrada do comércio americano, impedindo o crescimento das exportações americanas. A queda dos impérios na Indochina francesa, nas Índias Orientais Holandesas e na Malásia e Birmânia britânicas, e a retirada iminente dos britânicos da Índia, pareciam resultados positivos da Guerra do Pacífico. Depois de uma breve reocupação dos territórios pelas forças coloniais para expulsar os exércitos japoneses, a América teria todas as razões para insistir na rápida dissolução do domínio colonial. Os Estados coloniais podiam então renascer como nações ex-coloniais, que procurariam a ajuda e os conselhos da maior ex-colónia do mundo. No seu estado debilitado, e com preocupações internas mais urgentes, seria de esperar que as potências coloniais europeias tivessem uma opinião semelhante. O império era um luxo que não podiam sustentar – ou assim se poderia ter pensado.

Num caso crucial foi exatamente isso que aconteceu. Os britânicos tinham travado a guerra para se livrarem de Hitler. No entanto, por insistência de Churchill, o esforço de guerra britânico também se destinava a preservar o seu poder imperial. «Não me tornei primeiro-ministro do Rei», declarou Churchill numa famosa frase, «para presidir à liquidação do Império Britânico». Mas na terrível crise de 1942 até mesmo Churchill fora obrigado a concordar que a independência da Índia devia seguir-se logo depois da guerra. Durante 18 meses após a rendição do Japão, o governo trabalhista em Londres esforçou-se por encontrar uma fórmula política que desse a liberdade à Índia mas a mantivesse unida. Resistira às exigências muçulmanas para uma

partilha indiana, em parte porque o Partido do Congresso, maioritário, discordava e em parte porque esperava que uma Índia unida fosse uma parceira espontânea da Grã-Bretanha na Ásia do pós-guerra. Mas no início de 1947, com o agravamento da sua crise económica, e temendo envolver-se numa guerra civil indiana, os britânicos cederam. Enviaram um novo vice-rei para tratar da entrega do *Raj* em pouco mais de um ano. Lorde Mountbatten excedeu-se na sua missão. Depois de convencer o Congresso de que a partilha era o preço por uma independência rápida, e que resistir aumentava ainda mais o risco de uma guerra, organizou uma retirada fulgurante após seis meses no cargo, em agosto de 1947. Em menos de um ano, o Ceilão (Sri Lanka) e a Birmânia também tinham conquistado a independência.

O facto surpreendente foi que este recuo do império não se generalizou. É verdade que os britânicos também abandonaram o seu mandato na Palestina. Mas isso aconteceu sobretudo porque temiam que um maior envolvimento no conflito árabe-judeu destruiria a primazia no Médio Oriente que tanto queriam manter. Em vez de tirar a lição de que a sua fraqueza económica e vulnerabilidade estratégica tinham transformado os seus impérios ultramarinos num encargo pouco rentável, a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e a Bélgica chegaram à conclusão contrária. Para reconstruir as suas economias abaladas pela guerra, elas precisavam de matérias-primas e produtos tropicais baratos que pudessem revender por dólares - os dólares para ajudar a pagar as suas importações essenciais dos Estados Unidos. As colónias pareciam então a fonte perfeita: podiam ser obrigadas a aceitar pagamentos abaixo do preço mundial, nas moedas fracas da Europa e não em dólares americanos. O cacau da África Ocidental, o cobre do Congo, o estanho e a borracha da Malásia, e o açúcar, café e petróleo das Índias Orientais Holandesas afastariam o perigo até que as economias metropolitanas se voltassem a equilibrar. «Indië verloren, ramspoeed geboren» («Perdida a Índia, surgirá a ruína») dizia o ditado na Holanda. «Estamos à beira do abismo», avisou o ministro das Finanças holandês em abril de 1947, pouco antes da «ação policial» holandesa para recuperar o controlo de importantes interesses económicos em Java ⁽⁶⁾. Escusado será dizer que a concessão petrolífera da Grã-Bretanha no Sudoeste do Irão era ainda mais valiosa.

O argumento a favor do império não era apenas económico. Uma das razões fundamentais para a permanência britânica no Médio Oriente era geoestratégica. A melhor forma de dissuadir a agressão soviética na Europa Central, afirmavam os estrategas, era o recurso ao poder aéreo - a enorme força de bombardeiros que os britânicos tinham utilizado contra a Alemanha nazi. As cidades industriais da Rússia ficavam fora do alcance dos aeródromos da Grã-Bretanha, mas a partir das bases no Médio Oriente podiam ser facilmente bombardeadas. O domínio britânico no Médio Oriente compensaria a fraqueza britânica na Europa. Os líderes franceses do pós-guerra também estavam convencidos de que precisavam do seu império - tanto ou mais que os britânicos. Depois da derrota da França em junho de 1940, foram as colónias africanas que acudiram à «França Livre». Qualquer esperança de recuperar a posição da França como uma das grandes potências do mundo parecia depender da manutenção de um império intacto, nomeadamente como fonte de efetivos militares.

Mas manter o império não era uma opção fácil. Iria decerto custar dinheiro e desviar recursos preciosos para a reconstrução da metrópole. No Sudeste da Ásia, implicaria reforçar o poder colonial perante movimentos de resistência que tinham surgido inicialmente para lutar contra a ocupação japonesa. E como dependiam da ajuda financeira da América, os imperialistas irredutíveis dificilmente ousariam desafiar um veto de Washington. Mas podiam estar tranquilos. Quando Truman e os seus conselheiros perceberam a gravidade do que eles encaravam como o desafio soviético, a sua opinião sobre o colonialismo da Europa mudou radicalmente. Já não parecia sensato obrigar os seus amigos europeus a abandonar as suas possessões. Quando os britânicos procuraram apoio para o fardo da ajuda militar à Turquia e à Grécia, Washington respondeu com a Doutrina Truman, para partilhar o encargo da contenção no Mediterrâneo e Médio Oriente. Os chefes do estado-maior americanos recomendaram «todo o apoio político, económico e, se necessário, militar viável (...) ao Reino Unido e às comunicações da Comunidade Britânica» ⁽⁷⁾. Com mil milhões de dólares por ano, os Estados Unidos garantiam os custos de defender o império ultramarino britânico, aprovando discretamente a presença imperial da Grã-Bretanha no Médio Oriente. No final dos anos 40, grandes tranches de ajuda já tinham começado a sustentar a luta da França para manter a Indochina. O resultado espantoso da guerra na Europa transformara os Estados Unidos no patrocinador e protetor dos impérios europeus - embora um patrocinador que esperava que, mais cedo ou mais tarde, as economias imperiais se abrissem à sua.

É evidente que não foi apenas a série de acontecimentos na Europa que produziu este resultado. O colapso do imperialismo nazi no continente europeu teve o seu equivalente na Ásia Oriental. No entanto, como na Europa, a forma como terminou a guerra na Ásia tomou um rumo imprevisível e teve resultados inesperados. Na luta com o Japão, a União Soviética preferiu a neutralidade. Grande parte do Exército japonês (mais de um milhão de soldados) estava estacionada na China, para defender os regimes fantoches do Japão e esmagar a resistência do Exército do Kuomintang. O assalto americano ao Japão exigia um avanço lento e sangrento de ilha para ilha, acabando por conduzir (como planeado) a um desembarque como o da Normandia na principal massa terrestre do Japão. O papel que a China desempenharia na derrota do Japão e na nova ordem do pós-guerra prevista por Washington foi drasticamente revisto no último ano da guerra. No final de 1944, o desempenho desastroso do Exército de Chiang Kai-shek na campanha «Ichigo» já convencera Roosevelt e Churchill de que o Kuomintang pouco lhes valeria no assalto ao Japão. Tentaram então convencer Estaline a atacar o Japão assim que a guerra terminasse na Europa. Na Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, acordaram como recompensa que a Rússia reouvesse o território perdido em 1905 (as ilhas Curilas e o Norte da ilha de Sacalina), as suas antigas concessões ferroviárias na Manchúria e (surpreendentemente) a sua antiga base naval em Port Arthur (denominado então Lü shun), que lhe permitiria controlar o acesso marítimo ao Norte da China. Desta forma pouco cerimoniosa, a anterior suposição de que no mundo do pós-guerra a China do Kuomintang seria um dos «Quatro Polícias» (a par dos Estados Unidos, da União Soviética e do Império/Comunidade britânicos) e a grande parceira da América no Pacífico asiático foi discretamente abandonada. A urgência de obrigar o Japão a render-se, o número terrível de mortes americanas que uma invasão por mar poderia provocar e a necessidade vital da ajuda soviética impôs um novo conjunto de prioridades.

Como se veio a verificar, a derrota do Japão foi conseguida, não com ajuda soviética, mas através do lançamento de bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasáqui. Mas o colapso do Império Japonês e das suas pretensões desmedidas a uma «Grande Ásia Oriental» não trouxeram qualquer vantagem para o estado do Kuomintang. Nos anos 30, Chiang Kai-shek podia ainda ter esperado que se o Japão fosse derrotado a nova China nacionalista conquistaria um lugar preponderante na ordem da Ásia Oriental. Uma China renascida exploraria as rivalidades das grandes potências e recuperaria a vasta esfera onde reinara a influência Ch'ing: Sinkiang, Tibete, Mongólia, Manchúria, Coreia, Vietname e talvez até a Birmânia⁽⁸⁾. Durante alguns meses depois do fim da guerra, o governo do KMT parecera ainda uma força irresistível: até mesmo Estaline duvidara das hipóteses dos seguidores comunistas de Mao⁽⁹⁾. Mas a longa guerra de resistência (1937-1945) esgotara grande parte da força do Kuomintang. Com apenas uma ninharia de ajuda estrangeira (só 3% do programa «empréstimo e aluguer» da América se destinava à China), fora impossível desenvolver uma economia de guerra nas regiões da China fora da zona ocupada. O governo do KMT não recebia qualquer rendimento das exportações. A economia comercial interna, baseada na troca de produtos agrícolas entre as diferentes regiões da China, foi destruída pela guerra e pela fragmentação que ela provocou. Com a China a afundar-se numa economia de subsistência, não existiam meios para sustentar a moeda do Kuomintang, que perdeu quase todo o valor. A cobrança de impostos aos produtores rurais tornou-se cada vez mais violenta e difícil⁽¹⁰⁾. Assim, quando o governo do Kuomintang tentou no final da guerra destruir o Estado comunista paralelo chefiado por Mao Tsé-tung, enfrentou uma dura batalha. A versão do comunismo de Mao apelava à hostilidade camponesa contra os latifundiários e as cidades – a base administrativa do governo cobrador de impostos. Propunha a autoajuda rural e a redistribuição das terras como cura imediata para a pobreza terrível das comunidades camponesas⁽¹¹⁾. Os exércitos comunistas de Mao receberam um apoio crucial com a entrada rápida dos soviéticos na Manchúria, e tiveram acesso à reserva de armas japonesas. Quando Chiang Kai-shek se precipitou para o Norte para se apoderar dos bens industriais da Manchúria – o Sul da Manchúria era a região mais rica e industrializada da China⁽¹²⁾ – esgotou os recursos do seu regime enfraquecido. Em 1949, a resistência do Kuomintang foi quebrada. Em outubro desse ano foi proclamada a República Popular da China em Pequim.

As conseqüências foram avassaladoras. Em cada extremidade da Eurásia a guerra tinha criado um subcontinente dividido. Assim como não houve qualquer acordo depois da guerra para resolver o futuro da Europa, não haveria um acordo de paz geral para pôr fim à guerra na Ásia Oriental. Enquanto Washington digerira o insucesso do Kuomintang, o aumento da influência comunista nas sociedades abaladas pela guerra, da Coreia a Java (e sem excluir o Japão), parecia cada vez mais provável. No entanto, qualquer novo compromisso na Ásia continental, adicionado

ao fardo de defender a Europa, parecia fora de questão. Foi este dilema que impeliu a política americana para o seu novo rumo. Aumentou a razão para apoiar o colonialismo britânico e francês contra movimentos comunistas no Vietname e na Malásia. Diminuiu a razão para apoiar os holandeses contra os nacionalistas indonésios que, para deleite de Washington, reprimiram uma revolta comunista em 1948. Inverteu o plano para neutralizar o poderio industrial do Japão (o Japão tornar-se-ia a «Suíça da Ásia», segundo a previsão do general Macarthur) no interesse da China. O Japão seria o novo aliado asiático da América, oferecendo o uso ilimitado do seu território nacional em troca de proteção americana. Este extraordinário entendimento parecia lembrar a alguns observadores a grandiosa tradição dos tratados desiguais da Ásia.

«Estamos a viver uma época de transição revolucionária», disse Jawaharlal Nehru a um grupo de líderes asiáticos em janeiro de 1949 ⁽¹³⁾. Era uma análise sagaz. Os efeitos da guerra e da turbulência que a seguiu quebraram o hábito da obediência em muitas zonas do mundo. Os primeiros três ou quatro anos após a Segunda Guerra Mundial são normalmente descritos pelos historiadores com o prelúdio da Guerra Fria, primeiro na Europa e depois na Ásia. E foram, de facto. Mas a tendência para a Guerra Fria é apenas uma parte da história e, em muitas zonas do mundo, nem sequer a parte mais importante. Também não era evidente qual seria o seu impacto sobre todas as outras convulsões provocadas pela guerra. Pois os conflitos despoletados nas extremidades da Eurásia tinham desencadeado uma série de outras explosões um pouco por todo o mundo. Sob o seu impacto, a ordem estabelecida - muitas vezes recente e frágil - vacilou, desequilibrou-se e, nalguns lugares, desabou. Os que tinham sido excluídos do poder antes da eclosão da guerra - quer fossem comunistas, socialistas, nacionalistas, sionistas, islamitas ou separatistas - aproveitaram a oportunidade para tentar demolir a antiga estrutura política. Os partidos e interesses locais competiam para influenciar a potência regional dominante e mobilizavam energicamente para aumentar a sua força no terreno. Mas todos os passos que davam refletiam um estado de extrema incerteza. As potências vencedoras iriam impor um conjunto de decisões coletivas - como esperava Mao em 1946 ⁽¹⁴⁾? Ou iriam desentender-se, irreconciliavelmente? A América voltaria a recolher-se no isolamento, como em 1919? A economia mundial voltaria a entrar em depressão? A devastação da guerra iria impedir grande parte do mundo de se dedicar ao comércio? A autarcia controlada pelo Estado seria o único meio viável de recuperação económica? O assalto à propriedade durante a guerra (através da tributação, da confiscação ou da destruição) e a diminuição geral dos direitos individuais tinham eliminado as antigas diferenças sociais e nivelado de vez a sociedade? A nova cultura de massas iria triunfar sobre as «altas» culturas e as tradições populares da época pré-industrial? A época que se avizinhava traria um mundo de grandes Estados e grandes conglomerados continentais ou uma confederação de Estados-nações livres?

Na primeira meia década de paz, os sinais foram contraditórios. Muitos Estados mais pequenos investiram grandes esperanças na Organização das Nações Unidas, criada em 1945 como sucessora mais poderosa da Sociedade das Nações. Mas seria a ONU um contrapeso às potências dominantes ou apenas uma arena para a concorrência e conflitos das mesmas? Os acordos de Bretton Woods em 1944-1945 estabeleceram novos mecanismos para impedir o regresso de uma depressão catastrófica. O Fundo Monetário Internacional permitia aos Estados enfrentar uma crise temporária nas suas balanças de pagamentos sem recurso aos controlos sobre o comércio que tinham estrangulado a economia mundial nos anos 30. Com o zelo dos novos conversos, os americanos exigiam a eliminação das tarifas e outros entraves ao comércio. Mas perante o enorme desequilíbrio em capacidade produtiva entre os Estados Unidos e o resto do mundo e a escassez de dólares com que comprar produtos americanos, a nova era de comércio livre depressa se tornou letra-morta. A Zona da Libra Esterlina (abrangendo a Grã-Bretanha, os seus territórios coloniais, países independentes da *Commonwealth*, incluindo a Índia, e alguns países do Médio Oriente como o Egito e o Iraque) constituía uma zona comercial e monetária distinta, cujas compras em dólares eram rigorosamente controladas. Era ainda difícil de prever - mesmo com os dólares do Plano Marshall dos Estados Unidos - o ritmo de recuperação da Europa Ocidental como produtor ou mercado. O bloco soviético regressava à sua autarcia. Em circunstâncias tão austeras, era difícil imaginar uma era de crescimento e prosperidade e de maior escolha pessoal. A prioridade era aumentar a produção, praticamente a qualquer custo. Se isso era compatível com um rápido avanço em liberdade política era uma questão interessante. E se os Estados pequenos seriam viáveis fora de um bloco maior (ou império) ou sem acesso adequado a escassos fornecimentos de capital parecia no mínimo incerto.

Não admira, portanto, que não houvesse qualquer consenso sobre a configuração provável de uma nova ordem mundial. Nas velhas potências coloniais, a maioria das opiniões informadas

achava que manter o império sempre que as condições o permitissem era a opção mais segura – mesmo que fosse melhor liberalizar o governo colonial. O império podia ser justificado plausivelmente como sendo no interesse material dos povos coloniais num mundo desordenado. Os nacionalistas anticoloniais podiam ganhar coragem com a súbita retirada do poder imperial britânico do seu rajado no Sul da Ásia. Mas não havia qualquer razão para julgar que a queda dos impérios coloniais seria universal, ou que aconteceria rapidamente. Parecia igualmente provável que em grande parte do mundo os governantes coloniais recobrassem o ânimo e reconstruíssem os seus Estados coloniais (de uma forma modificada) com o apoio americano. A época revolucionária de Nehru estava ainda em formação.

A Descolonização

Sabemos, evidentemente, que o revivalismo colonial foi de alcance limitado e duração muito breve. Na realidade, a descolonização tornou-se o facto político dominante na maior parte da Ásia, África e o Médio Oriente, e os seus efeitos repercutiram-se ideologicamente também na América Latina. A descolonização é muitas vezes equiparada ao fim do *governo* colonial, mas essa é uma visão demasiado estreita. É muito mais útil pensar nela como a demolição de uma ordem imperial centrada na Europa em que o domínio territorial estava ligado a «direitos» extraterritoriais. As bases, enclaves, guarnições, canhoneiras, portos de tratado e tratados desiguais (como no Egito ou na China) espalhados pelo mundo afro-asiático eram tanto a manifestação desse imperialismo europeu como as colónias e protetorados pintados de vermelho, azul, amarelo ou verde nos antigos mapas coloniais. O mesmo se poderia dizer do pressuposto de que a intervenção era justificada pela incapacidade geral dos Estados não-europeus de atingir o nível civilizacional que os visitantes europeus tinham o direito de esperar. Esta «ordem» imperial imaginava uma hierarquia cultural em que as capacidades progressistas das sociedades do Noroeste da Europa (e euro-americanas) eram contrastadas com o «estado estacionário» (por vezes pitoresco) em que as culturas não-ocidentais supostamente estavam atoladas. Esperava também, e quando possível impunha, uma divisão económica do trabalho em que o capital, as manufaturas e os conhecimentos técnicos do mundo imperial-industrial eram trocados pelas matérias-primas e géneros alimentícios dos países não-ocidentais.

A maior parte deste «regime» global desmoronou-se rapidamente nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Uma ordem mundial centrada na Europa deixara de ser sustentável. Na verdade, o esforço da Grã-Bretanha e da França para a manter nas regiões que governavam ou onde a sua influência fora preponderante aumentou ainda mais a resistência que as obrigou a sair. Podiam ter ficado mais tempo como «subempreiteiros» da influência americana. Mas em meados da década de 50 o seu protetor transatlântico já deixara de acreditar nos seus métodos. O clima mudara. A linguagem do império e do domínio colonial perdera quase toda a sua legitimidade nos assuntos internacionais. As duas maiores potências do mundo havia muito que a tinham denunciado. Existia já um grupo considerável de Estados ex-coloniais (a Índia era o mais proeminente) cuja prioridade era a demolição do colonialismo, e cuja boa vontade e aprovação eram cobçadas pelas duas superpotências. As instituições e a Carta da Nações Unidas – o palco principal da luta das superpotências por maior influência – previam um mundo em que o Estado-nação livre era o ideal e a norma. O poder colonial perdera todas as suas justificações.

A descolonização teve resultados bastante surpreendentes. Provocou um aumento súbito no número de Estados soberanos, quase quadruplicando o total do período entre as guerras mundiais. Demoliu o aparelho do privilégio europeu nalguns Estados não-europeus que tinham sido apenas teoricamente soberanos. Destruiu a legitimidade do domínio imperial e pôs a ridículo o espírito do «serviço» imperial. Abriu caminho a que os governos pós-imperiais expropriassem bens estrangeiros, controlassem o comércio externo e chegassem a um acordo (por vezes vantajoso) com firmas multinacionais. Foi o estímulo fundamental para uma grande reavaliação dos valores culturais e para a rejeição – ou contestação – dos que eram considerados de origem europeia. Muito menos claro (como veremos) era se o colapso da ordem imperial dominada pela Europa significaria uma verdadeira transição para um «mundo de nações». Ou se a partilha da Eurásia (como o contexto vital em que ocorreu a descolonização) incentivaria o surgimento de novos tipos de império, dependendo muito menos do domínio colonial do que de formas de influência que poderiam ser igualmente eficazes.

O fim do domínio britânico na Índia em 1947 e a retirada dois anos depois das marinhas de guerra europeias da China assinalaram o fim da «época de Vasco da Gama» na história asiática. Terminara o longo período de predomínio europeu. Esta foi a conclusão de um historiador

indiano alguns anos depois ⁽¹⁵⁾. Mas o impacto da presença europeia não deve ser exagerado. Os europeus tinham construído enormes impérios coloniais, sobretudo no Sul da Ásia: no arquipélago malaio, na Indochina e principalmente na Índia. Dominaram as rotas marítimas para a Ásia Oriental depois de *circa* 1840, e já estavam firmemente instalados na China marítima na década de 60 do século XIX. Mas o Japão resistira ao domínio da Europa e mais do que preservara a sua autonomia. O esforço europeu depois de 1890 para penetrar na sociedade e economia da China mal tinha começado quando foi travado pelas alterações geopolíticas da Primeira Guerra Mundial. A colonização europeia da Ásia fora bastante irregular, com bases muito pouco sólidas em grande parte do Sudeste Asiático (onde o domínio colonial conquistara pouca influência antes dos anos 90 do século XIX). Foi muito mais impressionante nas orlas marítimas do continente do que no interior. (Neste aspeto, como noutros, a Índia foi diferente.) É este facto que explica em parte porque se desmoronou tão depressa em 1941-1942 e não conseguiu restabelecer-se completamente depois de 1945.

Mas as mudanças após 1945 foram significativas. Menos de dez anos depois, o domínio colonial quase desaparecera do Sul, Oriente e Sudeste da Ásia. Onde ainda se mantinha, o plano para a independência já estava traçado ou o território em causa tinha pouca importância. A exceção foi Hong Kong. Mas Hong Kong continuou a ser uma colónia por graça, favor e interesse do governo chinês ⁽¹⁶⁾. Perante uma Europa dividida e devastada pela guerra, não admira que uma nova geração de líderes asiáticos se impressionasse com a diferença que alguns anos podiam fazer. O colapso simultâneo de uma ordem mundial eurocêntrica e o súbito restabelecimento da independência dos Estados da maior parte da Ásia anunciavam um novo começo. As concepções de raça e cultura dos asiáticos, a indiferença asiática às disputas fratricidas da Europa e os interesses dos milhões de pobres da Ásia podiam finalmente encontrar uma voz.

Foi esse o espírito que dominou a conferência «asiática-africana» realizada em Bandung, na Indonésia, em maio de 1955. O anfitrião foi Sukarno, presidente da Indonésia e herói da revolução anticolonial. Vieram delegados de mais de 25 países, incluindo a Costa do Ouro e o Chipre, ambos ainda colónias ⁽¹⁷⁾. O Egito fez-se representar por Gamal Abdel Nasser. A presença de Nehru e de Chou En-lai, os primeiros-ministros da Índia e da China, conferiu maior autoridade aos trabalhos da conferência. A reunião não tinha uma agenda formal, mas o seu objetivo implícito era afirmar os direitos do mundo não-ocidental na política internacional. As resoluções da conferência exigiam mais membros afro-asiáticos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, condenavam todas as formas de discriminação racial e declaravam o colonialismo um mal «que devia ser rapidamente eliminado». Num discurso notavelmente conciliatório, Chou En-lai afirmou que a China não tinha quaisquer pretensões expansionistas e estava pronta para negociar com os Estados Unidos. Nehru denunciou qualquer aliança com o Ocidente como «uma humilhação intolerável para um país afro-asiático» e a NATO como «um dos defensores mais poderosos do colonialismo». A África e a Ásia deviam permanecer neutras no conflito entre o Leste e o Ocidente: «porque havemos de ser arrastados para as suas querelas e guerras?» ⁽¹⁸⁾.

Os discursos de Nehru e de Chou En-lai baseavam-se na visão de uma Ásia e África em que a influência externa só existiria por consentimento tácito. Era uma concepção heroica da descolonização que rejeitava qualquer vestígio de ligação pós-imperial. Os Estados asiáticos assumiriam a luta para libertar os restantes povos colonizados. A cooperação cultural entre asiáticos e africanos substituiria a antiga deferência para com as pretensões civilizacionais da Europa. Estas ideias continuavam a ser poderosas. As possibilidades de um «Terceiro Mundo» não-alinhado, independente do Leste e do Ocidente, exerciam uma enorme atração. A solidariedade do Terceiro Mundo contra o colonialismo, manifestada de forma enérgica nas Nações Unidas, contribuiu para acelerar o fim do domínio europeu, sobretudo em África depois de 1960. No entanto, apesar das atrações, o futuro pós-colonial imaginado em Bandung estava condenado à partida. A descolonização não era apenas uma questão de derrubar o poder colonial ou excluir a influência europeia. Mesmo em Bandung, surgiu uma divergência entre os Estados afro-asiáticos que preferiam a linha «neutralista» de Nehru e um grupo considerável que era abertamente pró-ocidental. Uma das razões para essa divergência era a desconfiança inquietante (apesar das garantias de Chou En-lai) relativamente às intenções sino-soviéticas. Mas a causa mais profunda residia nas complexas tensões evocadas pela fuga da Ásia ao império. Porque o que aconteceu não foi o surgimento de uma família de novas nações plenamente formadas a partir do *ancien régime* da Ásia. Onde os impérios tinham desabado ou sido derrubados, o que se seguiu foi uma série de lutas de sucessão entre pretendentes rivais aos seus títulos. Como o

domínio imperial juntara muitas vezes grupos étnicos diferentes e ignorara antigas fronteiras etno-culturais, nem as novas identidades nacionais nem os seus direitos territoriais podiam ser dados como adquiridos. Talvez tivesse sido mais simples se isto se aplicasse apenas aos impérios coloniais que os europeus tinham construído. Mas nos anos 50 a Ásia já se encontrava pejada de ruínas de outros impérios. As ambições imperiais da Grã-Bretanha, França, Rússia, Holanda e Portugal tiveram os seus equivalentes asiáticos no vasto domínio centro-asiático construído pelos Ch'ing, nas colónias abandonadas do Japão na Coreia e na Formosa e nos impérios do Sudeste Asiático, cujos soberanos tailandeses, birmaneses e vietnamitas tinham sido cercados e atacados na era colonial. A Caxemira, o Tibete, a Coreia, os estreitos de Taiwan, o Vietname, Samatra e os «Estados Montanhosos» da Birmânia eram as chagas abertas desta difícil transição do império para a nação, a prova flagrante de que a construção de Estados na era pós-imperial raramente era consensual. O envolvimento da Ásia na Guerra Fria iminente escondeu a dura realidade destes conflitos locais e regionais.

Como tantas vezes na história eurasiática, o papel da China foi decisivo. No final de 1950, o seu interior já estava unificado sob domínio comunista. A impressionante vitória de Mao talvez se devesse tanto ao «nacionalismo camponês» das massas rurais da China (estimulado pelo ódio à ocupação japonesa [19]) como à atração do programa de reforma agrária do seu partido. As proporções ainda são alvo de controvérsia (20). Mas não havia qualquer dúvida de que a China retomara novamente um lugar predominante na Ásia Oriental, com um enorme exército endurecido pela guerra. Em determinadas circunstâncias, isso podia ter conduzido a uma política introvertida de reformas internas que deixasse os vizinhos da China entregues a si próprios. Mas no clima político do início dos anos 50, tal resultado era pouco provável. Pelo contrário, os dirigentes do novo regime adotaram a visão dos seus antecessores republicanos, e dos Ch'ing antes deles, de que o seu domínio só estaria seguro se os acessos terrestres à China fossem controlados por gente de confiança. Consequentemente, reafirmaram de forma violenta a autoridade de Pequim no Tibete. Quando lhes pareceu provável que o Norte da Coreia caísse em mãos não-comunistas, intervieram em massa na Guerra da Coreia. Dois milhões de chineses serviram na Coreia, e mais de 150 000 morreram na guerra (21). Mao tinha uma visão semelhante da fronteira sul da China. Na fase crítica do conflito entre o Viet Minh e os franceses no Norte do Vietname, a ajuda militar e os «conselhos» estratégicos dos chineses desempenharam um papel decisivo na esmagadora derrota da França em Dien Bien Phu, em maio de 1954, o princípio do fim do poder colonial na Indochina (22). O sentimento de cerco de Pequim advinha do facto de os seus inimigos do Kuomintang terem sobrevivido (em Taiwan) e poderem, com a ajuda americana, retomar a luta política. Apesar da dimensão da sua vitória, Mao e os seus colegas sabiam muito bem que esta não fora absoluta. Enfrentavam o desafio de construir um novo Estado industrial sobre a base agrária da China - que teria de pagar a fatura. Tinham de ancorar o seu poder numa nova ordem social - que teria de ser criada. Tinham de defender a revolução.

A sensação de ameaça externa e interna impediu um recuo para o esplêndido isolamento preferido pelos novos dinastas em épocas anteriores. O facto de o seu ingresso nas Nações Unidas ter sido impedido (até 1971) pela América agravou essa sensação. A princípio, a política chinesa misturava cautela e esperança. A urgência evidente de um projeto industrial, bem como a necessidade de compensar a ajuda americana ao Kuomintang, levou a República Popular a aproximar-se de Estaline. Na Coreia e no Vietname em 1953-1954, Pequim aceitou um acordo de partilha. Depois da derrota da França na Primeira Guerra da Indochina, Chou En-lai procurou acalmar os receios regionais (e conter a influência americana) através de uma diplomacia conciliadora. Mas no final dos anos 50 Mao já se convencera de que seriam necessários métodos mais severos. Ele desconfiou do apelo de Moscovo à coexistência com o capitalismo, e encarou a diplomacia de cimeiras do líder soviético Nikita Krushev como uma traição à China. A solidariedade sino-soviética durou menos de uma década. Perante o aumento do apoio americano ao regime de Taiwan, Mao fez subir a parada militar bombardeando Quemoy, uma ilha próxima do continente sob controlo do governo do Kuomintang. Contrariou a perda de pujança na transformação interna da China com uma agressiva e nova estratégia de coletivização rural, o chamado «Grande Salto em Frente». A redistribuição de terras dos latifundiários aos camponeses revelou-se (como na Rússia) apenas o prelúdio para o controlo do Estado. E em 1960 aprovou o pedido insistente de Hanói para retomar a luta armada (suspensa desde 1954), por uma vitória comunista no Vietname do Sul (23). Anova linha de ação de Mao era fazer da China a patrocinadora da violência revolucionária contra os Estados coloniais sobreviventes, ou contra regimes sucessores coniventes com o capitalismo. A sua mensagem era simples. A eliminação do

imperialismo estava longe do fim. A descolonização tinha de chegar – para ser verdadeira – através da grande revolta rural dos camponeses empobrecidos: uma «guerra do povo» contra a burguesia mundial ⁽²⁴⁾.

O programa revolucionário de Mao para um mundo pós-imperial suscitou grande entusiasmo, intelectual e político, nomeadamente entre aqueles que esperavam saborear a sua vitória a uma distância confortável. Nos anos 60 e 70 ofereceu uma alternativa esperançosa aos insucessos e cedências dos regimes pós-coloniais. Atraiu sobretudo aqueles que esperavam ainda inverter a inesperada recuperação do capitalismo no mundo do pós-guerra. Como veremos, obteve os seus sucessos mais notáveis nas condições especiais do Sudeste Asiático. Mas em termos mundiais, a contenção da China e do anti-imperialismo maoísta teve realmente maior significado. Em parte, isso deveu-se aos efeitos nocivos das doutrinas políticas de Mao – sobretudo a sua «Revolução Cultural», uma forma de purga em massa – sobre a economia chinesa. Em parte foi o reflexo do ressurgimento da animosidade para com o grande vizinho no Norte da China. Mas o obstáculo mais sério às ambições de Mao surgiu da forte divergência entre os dois grandes Estados da Ásia Oriental.

Se a viragem da China para o comunismo contrariou a maior parte das previsões do tempo da guerra, não menos surpreendente foi a prontidão do Japão para «abraçar a derrota» (na expressão notável de John Dower) ⁽²⁵⁾. No final da guerra, o Japão tinha sido ocupado por uma grande guarnição americana, militar e civil, de quase um milhão de efetivos ⁽²⁶⁾. Durante mais de seis anos, um vice-rei americano (o general Douglas MacArthur, na maior parte desse período) controlou o poder executivo, e a sua aprovação era necessária para qualquer decisão importante. A soberania do Japão foi suspensa; os japoneses foram proibidos de viajar para o estrangeiro; não eram permitidas quaisquer críticas ao regime de ocupação. Foi implementado um conjunto de reformas para extirpar as pretensas fontes do imperialismo militarista do Japão. As mulheres receberam o direito de voto e foi reduzida a idade de voto, mais do que duplicando o eleitorado. Uma nova constituição imposta pelos ocupantes impedia as forças armadas de participar no governo e repudiava a guerra como instrumento de política nacional. As grandes casas comerciais familiares ou *zaibatsu* foram desagregadas. A reforma agrária diminuiu o poder dos proprietários e duplicou o número daqueles que cultivavam a sua própria terra para cerca de 60% ⁽²⁷⁾. Incentivou-se a criação de sindicatos. Foram redigidos novos manuais escolares e o programa de ensino foi democratizado ⁽²⁸⁾. Um assalto tão violento à ordem estabelecida podia ter provocado uma reação hostil, pois a elite civil que os americanos enfrentavam continuava a ser profundamente conservadora. Na realidade, esse assalto fez parte de um extraordinário entendimento. Quando os seus receios relativamente à China os levaram a «inverter a marcha», os americanos aceitaram a necessidade de um Estado japonês forte com uma economia industrial. Fizeram as pazes com a burocracia poderosa. Tinham o apoio tácito do imperador japonês, cujo papel como chefe nominal foi cuidadosamente preservado. Com a crescente turbulência na Ásia Oriental continental e a eclosão da guerra na península coreana em junho de 1950, os líderes conservadores do Japão tinham também pouco espaço de manobra. Ansiavam pôr fim à ocupação americana e restaurar a soberania japonesa. Mas um desafio aberto à política de Washington poderia indignar o público americano e adiar a independência. Podia também encorajar a esquerda, que tinha um terço dos votos japoneses, e induzir mais mudanças radicais.

O resultado foi a outorga aos americanos de uma influência extraordinária sobre a forma e o rumo do novo Estado japonês. O tratado de paz assinado em São Francisco em 1951 devolveu a soberania ao Japão, mas nem a União Soviética nem a China foram signatárias. Os termos impostos pela América eram rígidos. O Japão devia aceitar um pacto de segurança mútua que permitisse às forças americanas utilizar qualquer zona do país e isentasse os seus efetivos da jurisdição japonesa. A ilha de Okinawa, anexada pelo Japão em 1879 e palco de uma batalha épica na Guerra do Pacífico, tornou-se uma grande base americana, deixando de ser administrada como parte do Japão. A economia japonesa foi associada à americana através de uma taxa de câmbio fixa, enquanto o seu antigo mercado na China foi vedado devido ao embargo comercial da América. Na fase crítica da formação da Ásia Oriental no pós-guerra, o Japão tornara-se o baluarte indispensável do poder regional da América, a grande plataforma marítima a partir da qual a sua força económica e militar podia ser usada como obstáculo ao ressurgimento da China. A influência americana fez-se também sentir na cultura popular japonesa. Ironicamente, na Ásia Oriental descolonizada, a influência do Ocidente (não apenas da Europa) seria afirmada de forma mais enérgica do que antes da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro grande Estado da Ásia era a Índia. A Índia gozava do prestígio de ser a maior

democracia da Ásia. Sob a liderança de Nehru, talvez tivesse esperado desempenhar um papel relevante na configuração da Ásia pós-colonial ⁽²⁹⁾. Com efeito, Nehru pode ter esperado aliar-se a Pequim para excluir a influência externa da política do continente - como insistira em Bandung. Mas tudo se conjugava contra essa possibilidade. A influência da Índia era prejudicada pela sua própria herança pós-colonial. A sua independência chegara com uma divisão traumática e deixara um conflito não resolvido a inquirir as suas relações. Infelizmente, a questão de Caxemira (reivindicada pelo Paquistão mas ocupada em grande parte pela Índia) depressa se conjugou à questão altamente sensível da autonomia do Tibete. A violenta repressão chinesa do governo do Tibete depois de 1950 foi conseguida em parte com o corte das ligações tibetanas através dos Himalaias. As duas principais rotas entre a Índia e o Tibete atravessavam Siquim a sul e Leh a oeste, em Caxemira ⁽³⁰⁾. Atividade militar numa fronteira mal definida tornou-se uma fonte de tensão entre a China e a Índia, conduzindo por fim à guerra ⁽³¹⁾. A derrota da Índia (em 1962) seria adequadamente simbólica das ambições mais grandiosas de Nehru. O sistema político da Índia (que distribuía amplos poderes e recursos pelos seus governos estaduais), a ameaça «interna» de uma guerra com o Paquistão e o lento progresso da economia indiana (a participação da Índia no comércio mundial diminuiu dois terços nos anos 50 e 60) ⁽³²⁾ conspiravam para frustrar a pretensão da Índia, naquela fase, à categoria de «grande potência» asiática.

No seu sentido mais amplo, o rumo da descolonização da Ásia foi fortemente determinado pelas limitações e fraquezas dos seus maiores Estados. Nem sozinhas nem em conjunto conseguiram resolver as lutas de sucessão que resultaram do passado imperial da Ásia ou dos conflitos ideológicos do seu presente revolucionário. Isso deixou a porta aberta para as potências estrangeiras que Nehru quisera afastar. Foi a subserviência da China que permitiu que Estaline lançasse o ataque norte-coreano em junho de 1950 ⁽³³⁾. Foi o controlo do Japão que permitiu a mobilização de um enorme exército americano para defender a Coreia do Sul. Mas o principal palco de conflito onde o poder estrangeiro desempenhou um papel crucial foi no Sudeste Asiático.

Isso não aconteceu por acaso. Nesta zona, o fim do colonialismo foi um processo muito mais complexo do que no Sul da Ásia (onde o domínio britânico tinha ruído) ou na Ásia Oriental (onde o império japonês foi destruído pela guerra). Isso deveu-se em parte à ajuda que os americanos prestaram, não só à Grã-Bretanha, mas também à França (mas não aos holandeses). Mas foi também produto de divisões étnicas e religiosas, de uma geografia fragmentada e do pouco progresso que a construção de Estados tinha feito na época colonial. A princípio, parecera que a ocupação japonesa durante a guerra tinha destruído o domínio colonial europeu em toda a região. Proporcionara aos líderes políticos locais liberdade suficiente (e tempo suficiente) para construir novas lealdades políticas e derrubar o antigo aparelho colonial. Na Birmânia, na Indochina e nas Índias Orientais Holandesas (Indonésia), surgiram novos governos «nacionais». Quando as tropas aliadas do Comando do Sudeste Asiático (sobretudo britânicos e indianos) regressaram depois da retirada japonesa, encontraram novos candidatos ao poder. O resultado foi um impasse. A estratégia das potências coloniais era cooptar os novos líderes prometendo um delegação de poderes mas não a independência efetiva. Mas a grande instabilidade na política local e na cena internacional tornavam impossível a manutenção de qualquer acordo. Na Birmânia, os britânicos foram obrigados a sair pelo custo óbvio de restabelecer o controlo e pelo benefício ínfimo de o tentar ⁽³⁴⁾. Na Indonésia, na Indochina e na Malásia britânica a luta foi mais prolongada.

Na Indonésia, os holandeses esperavam aproveitar o facto de o nacionalismo gozar apenas de apoio limitado em grande parte do arquipélago, onde o receio do domínio javanês e (nalguns casos) o sentimento anti-islâmico faziam do domínio colonial holandês o menor de dois males. Mas a realidade era que um controlo holandês absoluto, mesmo numa «Comunidade» Holanda-Indonésia, não podia ser mantido sem o apoio de Java, a parte mais desenvolvida do arquipélago, com cinco oitavos da sua população. Foi a incapacidade holandesa de conseguir esse apoio, e a recusa americana de apoiar uma prolongada guerra de guerrilha em Samatra e Java (que podia ter destruído a economia indonésia e alargado o apoio ao comunismo), que obrigaram os holandeses a sair em 1949-1950 ⁽³⁵⁾.

Na Indochina, o desfecho foi diferente. Os franceses tinham conseguido reintroduzir-se no Norte (Tonkin) e no Sul (Cochinchina). Enfrentavam um movimento formidável, o Viet Minh, liderado por Ho Chi Minh e baseado no apoio dos camponeses do Norte e na economia de plantações da Cochinchina. O que permitiu aos franceses permanecer durante mais tempo foi

uma vantagem crucial. O tipo de nacionalismo vietnamita de Ho (o próprio Ho era marxista e um veterano da Internacional Comunista) era rejeitado por vastos segmentos da sociedade vietnamita: as classes proprietárias, grande parte da população urbana, os católicos (que constituíam 20% da população de Tonkin), os seguidores das seitas Cao Dai e Hoa Hao e algumas das minorias étnicas das terras altas ⁽³⁶⁾. Muitas destas pessoas permaneciam politicamente neutras, ou apoiavam a tentativa do monarca vietnamita Bao Dai de conseguir a autonomia vietnamita no seio da «União Francesa». Esta era a plataforma para a luta militar da França contra o Viet Minh, e para a ajuda americana maciça, com o intuito de impedir o Vietname de cair nas mãos de «verdugos e forças armadas comunas chinocas» (na linguagem pitoresca do Secretário de Estado americano) ⁽³⁷⁾. Mas em meados de 1953 a credibilidade de Bao Dai já passara a depender quase exclusivamente do prestígio militar francês. Depois da derrota francesa em Dien Bien Phu, no ano seguinte, a posição de Bao Dai e da França tornou-se insustentável. O resultado, contudo, não foi um triunfo fácil para Ho.

A razão para isso não foi apenas a vontade americana de impedir a expansão da esfera comunista, que levava Washington a ponderar uma guerra total contra a China - a principal apoiante de Ho - em 1954. Um segundo ingrediente crucial foi a habilidade com que Ngo Dinh Diem, um notável católico bem relacionado, construiu uma rede suficientemente forte para dominar grande parte do Sul. Diem era um nacionalista. Demonstrara grande astúcia ao cultivar a simpatia dos americanos e ao rejeitar a semi-independência oferecida pela França. Mais tarde seria denegrado como lacaios americano, mas o seu objetivo inicial tinha sido derrotar Ho Chi Minh e construir um Estado vietnamita ao seu próprio estilo ⁽³⁸⁾. Em terceiro lugar, o avanço do Viet Minh foi refreado pelo seu aliado chinês - em parte por receio do poder militar destrutivo dos americanos mas também porque a China não queria que o Laos ou o Camboja cedesse à influência americana. (Em troca, o Laos e o Camboja juraram neutralidade; a Tailândia já aderira ao Pacto de Manila, celebrado entre alguns Estados do Sudeste Asiático e o Ocidente.) No Sudeste Asiático continental, a maioria dos atritos resultava dos projetos de construção de Estados dos birmaneses, tailandeses, vietnamitas, laosianos e cambojanos. Os conflitos internos e externos destes povos atraíram os estrangeiros para a região, tornando difícil recusar ofertas de ajuda estrangeira. O mesmo se poderia dizer do caso da Malásia. Os dirigentes políticos malaio entenderam a insurreição comunista após 1948 não só como um desafio dos chineses locais a um futuro Estado malaio mas também como uma ameaça ao poder colonial britânico. Para derrotar os comunistas e impedir o assédio do seu vizinho - a Indonésia de Sukarno - escolheram a independência (em 1957) em aliança com a Grã-Bretanha e não o não-alinhamento ou o neutralismo ⁽³⁹⁾.

A fase crítica da descolonização da Ásia entre 1945 e 1960 tomou assim um rumo muito diferente das esperanças e sonhos enunciados em Bandung. Em vez de desprezarem o jogo fútil da diplomacia da Guerra Fria - como recomendara Nehru - muitos líderes asiáticos aceitaram a realidade de um mundo «bipolar». Em vez de manterem uma independência orgulhosa, esperavam tirar partido da Guerra Fria. Na realidade, talvez não tivessem alternativa. A fragilidade económica e militar, as divisões internas, a agitação social e o hábito secular de procurar fora da Ásia o caminho para a modernidade alterariam inevitavelmente a trajetória pós-colonial da Ásia. Restava saber até que ponto estes problemas arrastariam o continente para a órbita de um novo sistema imperial.

A descolonização do Médio Oriente não foi menos tortuosa, amarga e conflituosa. O fim da Segunda Guerra Mundial foi saudado na região, como no resto da Ásia, como um novo começo. Com a paz veio a promessa do desmantelamento da enorme máquina militar que os britânicos tinham instalado em toda a região - um superimperialismo que transformara os Estados árabes e o Irão (também parcialmente ocupado por tropas russas) em meros auxiliares do esforço de guerra imperial. Quando isso se cumprisse, a vida política poderia renascer. Outra boa nova era que os britânicos tinham decidido (no seu próprio interesse) tirar os franceses dos mandatos da Síria e do Líbano e garantir a independência dos mesmos (1946). Era um começo promissor. Tinham também encorajado a formação da Liga Árabe em 1944-1945. Os britânicos pretendiam utilizar a Liga para manter os Estados árabes sob sua influência. Mas a Liga poderia também funcionar como meio para a cooperação árabe, ajudando a excluir ou conter a ingerência de potências externas. No novo panorama geopolítico, em que o poder soviético e americano parecia equilibrar (ou superar) o da Grã-Bretanha, essa ingerência seria muito menos provável do que antes de 1939. Para muitos jovens árabes, parecia haver razões para esperar que o mundo do

pós-guerra fosse uma nova «era nacional». A falsa aurora que prometera o fim do jugo otomano depois de 1918 – e que afinal conduzira ao domínio regional da Grã-Bretanha – podia finalmente dar lugar ao glorioso amanhecer da plena nacionalidade árabe.

Quase imediatamente ergueram-se os obstáculos. Os britânicos rejeitaram a «lógica» da retirada: entrincheiraram-se ainda mais ⁽⁴⁰⁾. Razões de estratégia (como vimos) e uma forte dependência do petróleo (que continuava a vir sobretudo do Irão) tornaram a retirada impensável. A vulnerabilidade estratégica e a fraqueza económica com que a Grã-Bretanha entrara na paz (Londres esperava que fossem temporárias) inviabilizavam qualquer cedência dos seus bens imperiais, a menos que (como na Índia) estes se tornassem insustentáveis. No Médio Oriente, os britânicos ainda acreditavam que tinham um trunfo forte. A sua posição baseava-se na aliança com o Egito, o Estado mais desenvolvido da região, com mais de metade da população do Médio Oriente árabe – 19 milhões em cerca de 35 milhões ⁽⁴¹⁾. O conflito antigo entre a monarquia egípcia e a classe latifundiária conferia-lhes uma enorme vantagem na política do país. Se precisassem de mais meios de «persuasão», podiam enviar tropas para o Cairo a partir da sua base na Zona do Canal numa questão de horas. Para melhorar as relações depois dos esforços da guerra, acenaram com a promessa de uma presença militar mais pequena. Presumiam que mais cedo ou mais tarde o Wafd ou o rei iriam querer chegar a acordo, pois a influência regional do Egito, como a sua estabilidade interna, precisava de apoio britânico. Assim, quando as negociações emperraram, os britânicos decidiram esperar até que as coisas «acalmassem». Podiam dar-se a esse luxo – era o que pensavam, pelo menos. Pois podiam contar também com a amizade política das monarquias hachemitas do Iraque e da Jordânia. Todos sabiam que a coesão destes dois Estados (criados pelos britânicos no início dos anos 20) e a sobrevivência dos seus monarcas (instalados pelos britânicos na mesma altura) se baseavam na promessa de ajuda britânica contra a revolta interna e o ataque externo. A sul e a leste ficava o golfo Pérsico, ainda um «lago britânico». Ao longo da sua costa árabe havia uma série de pequenos Estados, do Kuwait a Omã, ligados aos britânicos pela promessa de proteção contra vizinhos potencialmente predatórios. Na ponta meridional da península arábica ficava a antiga base britânica de Adem e uma faixa costeira sob vigilância britânica. Como se tudo isto não bastasse, a Grã-Bretanha planeava instalar bases na Líbia, tirada aos italianos e com a independência já programada e liderada por um rei apoiado pelos britânicos. Escusado será dizer que os britânicos exerciam a prerrogativa de *regular* a política de toda a região do Médio Oriente. O apoio diplomático numa disputa entre Estados, a oferta de ajuda ou a recusa de negociar com um governo «hostil» eram as técnicas clássicas do controlo quase-imperial. Os britânicos já jogavam este jogo havia uma geração ou mais. Expulsá-los ia ser uma tarefa difícil, conflituosa e talvez até sangrenta.

Para os árabes mais radicais a solução era óbvia. O colosso imperial só podia ser vencido pela força coletiva do nacionalismo pan-árabe. A conceção de uma nação árabe comum desacreditaria os acordos que os britânicos tinham feito com os governantes e «homens grandes» dos Estados árabes. Desafiaria a complacência da elite rural e melhoraria as condições sociais que mantinham a esperança de vida árabe ao mesmo nível da indiana. Mas a unidade árabe era ainda um sonho distante. As divisões étnicas, religiosas e sociais – um legado, em parte, do domínio otomano e europeu – estavam profundamente enraizadas. O nacionalismo pan-árabe tinha de competir com a inimizade endémica entre as elites dirigentes da região. Os nacionalistas do Egito tinham pouco em comum com as outras nações árabes («uma coleção de zeros», escarneceu Saad Zaghlul nos anos 20) ⁽⁴²⁾. Vangloriavam-se do passado faraónico do Egito (incentivados pelas grandes descobertas arqueológicas dos anos 20) e consideravam-se os verdadeiros guardiões do nacionalismo e cultura árabes na sua forma mais elevada. Os egípcios menosprezavam os governantes hachemitas do Iraque e da Jordânia, considerando-os fantoches e arrivistas, e as suas pretensões à liderança do mundo árabe como absurdas e insolentes. Os reis hachemitas estavam igualmente convictos do seu direito histórico de encabeçar a causa árabe: afinal tinham sido eles a liderar a revolta após 1916 e a proclamar uma nação árabe. A sua antiga ambição era um grande Estado hachemita que unisse a Síria (perdida para os franceses em 1920) e a Palestina ao Iraque e à Jordânia. A sua inimizade mais feroz, paga na mesma moeda, era para com a casa de Saud. Afinal, foi o monarca saudita que tomou os lugares santos de Meca e Medina aos seus xarifes e transformou o Reino do Hejaz numa província da futura Arábia «Saudita». Grande parte da rivalidade entre o Egito, os hachemitas e os sauditas concentrava-se na Síria, cujos conflitos religiosos e regionais a tornavam um terreno fértil para a influência externa ⁽⁴³⁾.

Este equilíbrio instável de forças políticas no Médio Oriente do pós-guerra foi perturbado pelo

impacto vulcânico da questão da Palestina. Os britânicos tinham planeado manter o seu domínio na região através de uma transição pacífica. Todos os Estados árabes seriam independentes; alguns ficariam ligados por tratado à Grã-Bretanha; os restantes reconheceriam a primazia efetiva da Grã-Bretanha, a única grande potência com força no terreno. A gestão desta mudança no caso da Palestina, administrada diretamente pela Grã-Bretanha sob mandato da Sociedade das Nações desde a Primeira Guerra Mundial, seria sempre difícil, quaisquer que fossem as circunstâncias. Conciliar a promessa de uma «pátria» judaica, na qual os judeus pudessem estabelecer-se, com os direitos dos árabes que já lá se estavam, revelara-se uma tarefa bastante difícil nos anos 20. A afluência de imigrantes que fugiam da opressão nazi nos anos 30 tornou-a quase impossível. O plano inicial de Londres fora apelar a indignação dos árabes da Palestina com a crescente migração judaica fixando um limite para garantir uma maioria árabe permanente. Com o seu futuro resolvido como Estado árabe, a Palestina podia ser lentamente conduzida a uma forma de autonomia. Depois de 1945 esta solução engenhosa depressa foi inviabilizada. Em meados de 1948, a dificuldade prática e embaraço político de excluir refugiados judeus, a pressão diplomática dos Estados Unidos contra essa tentativa e a dimensão e ferocidade da campanha terrorista travada por colonos judeus já tinham destruído qualquer perspectiva de autoridade britânica ⁽⁴⁴⁾. O resultado foi o pior de todos os mundos coloniais: um território ingovernável cujo controlo era disputado entre dois inimigos aparentemente inconciliáveis; incentivos exteriores que endureciam a determinação das duas partes em conflito; e a ausência de meios ou de um método para impor qualquer decisão. A divisão proposta pelas Nações Unidas não pôde ser implementada. A guerra que se seguiu entre judeus e árabes (palestinos locais e os contingentes enviados pelos Estados árabes) resultou numa vitória judaica. O novo Estado de Israel tinha força suficiente para impor uma partilha territorial mais favorável. Mas não tinha força suficiente para obrigar os Estados árabes a aceitar este resultado como condição permanente.

A derrota árabe assinalou uma etapa crucial no fim do império no Médio Oriente. Estimulou o sentimento de nacionalismo pan-árabe e deu-lhe uma causa e agravo. Foi uma humilhação esmagadora para os regimes dos principais Estados árabes, onde a inflação e as privações do pós-guerra estavam a fomentar o descontentamento das massas: as violentas manifestações do Wathbah (o «Salto») em Bagdad em janeiro de 1948 já tinham impedido a renovação do tratado anglo-iraquiano ⁽⁴⁵⁾. Provocou forte indignação nas fileiras dos exércitos, que culpavam os seus dirigentes civis. O impacto no Egito foi o mais grave. O rei insistira em enviar um exército, para aumentar o seu prestígio interno e afirmar o lugar cimeiro do Egito entre os Estados árabes ⁽⁴⁶⁾. O choque da derrota foi ainda mais forte. Como se isso não bastasse, ele não conseguia mostrar quaisquer progressos nas negociações para a saída dos britânicos da sua enorme Zona do Canal, o símbolo visível do estatuto subalterno do Egito. Nem nas relações com os seus antigos rivais políticos, os líderes do Wafd. Como a diplomacia se revelava ineficaz, avançou-se para a ação direta. A luta contra os britânicos tornou-se cada vez mais violenta. As greves, os assassinatos e outros atos de terror tiravam partido da dependência britânica de mão de obra egípcia e do estado vulnerável das instalações do pessoal britânico. A retaliação e a vingança alastraram às principais cidades do Egito. Enquanto a sensação de ordem se desfazia, o rei planeava um golpe de estado para purgar o descontentamento no Exército. Mas antes que pudesse agir, o movimento dos «Oficiais Livres» assumiu o controlo do governo em julho de 1952 e obrigou-o a fugir para o exílio.

A princípio, os efeitos pareciam pouco radicais. O novo regime empenhou-se em restaurar a ordem. Esmagou a Irmandade Muçulmana, um movimento islamita que gozava de amplo apoio popular. Aceitou a perda de influência egípcia no alto Nilo quando os britânicos prometeram a independência, como Estado separado, ao Sudão, rejeitando a exigência de Cairo para que se respeitasse a «unidade do vale do Nilo». Acima de tudo, conseguiu a anuência britânica para uma retirada da base da Zona do Canal através da concessão de um direito de retorno se a sua utilização fosse necessária para repelir um ataque externo (isto é, uma invasão soviética) à região do Médio Oriente. Os britânicos tinham chegado à conclusão de que, com a dissuasão nuclear que podiam exercer por ar, a base era redundante na sua forma existente, além de politicamente onerosa ⁽⁴⁷⁾. O que provavelmente esperavam era que o novo regime de Nasser se concentrasse nas reformas internas. O Egito, pensavam, exerceria pouca influência no mundo árabe ⁽⁴⁸⁾. Entretanto, eles reorganizariam o seu domínio em torno de uma aliança mais próxima com os Estados hachemitas e um novo pacto militar. A influência americana, que tinha sido útil para o acordo do Suez, estaria do seu lado. O Egito ficaria isolado e submisso. Mas a resposta de

Nasser não permitiria que isso acontecesse. Na verdade, a sua espantosa revolta contra o «sistema» britânico foi o evento crucial da descolonização do Médio Oriente.

Como nacionalista egípcio (uma das primeiras medidas do governo dos novos oficiais foi trazer uma estátua de Ramsés II para o Cairo), Nasser tinha todas as razões para desconfiar dos britânicos e conspirar para os afastar do Médio Oriente. Também tinha sido influenciado pelo sentimento pan-árabe e pela guerra da Palestina. Queria uma maré de saneamento de política revolucionária para destruir o antigo regime de proprietários rurais e reis, uma herança da era colonial no Médio Oriente. Mas também temia que o tempo estivesse contra si. Qualquer governante no Cairo teria enfrentado o mesmo dilema. O Sudão já não pertencia ao Egito. Havia grande animosidade contra Israel. O Ocidente árabe (o Mashreq) estava a ser vedado à influência egípcia e talvez até ao seu comércio. Sem mercados nem petróleo, Nasser enfrentava a estagnação interna e a crescente agitação social. Tornar-se-ia perigosamente dependente da ajuda económica do Ocidente. O seu regime era inexperiente. Os seus críticos multiplicar-se-iam. A sua revolução fracassaria. Assim, enquanto os britânicos preparavam o seu «Pacto de Bagdad» (com a Turquia, o Iraque e - esperavam - a Jordânia: a Síria viria depois) ⁽⁴⁹⁾, Nasser lançou um contra-ataque. Converteu-se ao pan-arabismo. Com aprovação saudita, apoiou a facção anti-iraquiana na política síria. Incentivou a Jordânia a opor-se ao pacto. Depois, em setembro de 1955, deu-se um golpe espetacular. Nasser rompeu o embargo ao armamento imposto pelo Ocidente e negociou um fornecimento do bloco soviético. O Egito seria então uma verdadeira potência militar. No início de 1956 já tinha declarado uma guerra política aberta à influência da Grã-Bretanha no Médio Oriente. O nível crescente de violência ao longo das fronteiras com Israel serviu-lhe de vantagem. Com o que pareceu uma facilidade espantosa, ele tomou a iniciativa na política regional. Transformou o Egito no paladino da causa pan-árabe e o sentimento pan-árabe numa força dinâmica. A reação em Londres foi de pânico e ira.

A Crise do Suez em 1956 resultou diretamente deste confronto. O fator decisivo foi o bloqueio em Washington de um empréstimo para pagar a Grande Barragem de Assuão, no Egito. Nasser expropriou o canal de Suez, que pertencia na altura à Grã-Bretanha e à França. Parecia um gesto de bravata, mas talvez Nasser adivinhasse que os britânicos teriam dificuldade em derrotá-lo. Já não tinham tropas na antiga base do Suez. Um ataque declarado enfureceria toda a opinião árabe. Apressão internacional (através das Nações Unidas) provavelmente não lhes traria o que realmente desejavam: a derrota política de Nasser. Este pode também ter percebido que a hostilidade implacável de Londres não era plenamente partilhada em Washington. Com efeito, a resposta, quando surgiu, revelou a fraqueza política da Grã-Bretanha. Mal dissimulada como uma intervenção entre as forças do Egito e de Israel (que invadiu a península do Sinai), a ocupação anglo-francesa do canal de Suez pretendia humilhar Nasser e garantir a sua queda. A explicação para a sobrevivência de Nasser era o enorme apoio da opinião patriótica árabe ao seu ato de desafio, que convenceu o presidente Eisenhower de que permitir uma vitória dos britânicos reforçaria o sentimento árabe contra o Ocidente, abriria a porta à influência soviética e prejudicaria os interesses americanos. Ironicamente, a fragilidade económica que ajudara a incitar os britânicos à sua luta com Nasser - o receio de que a influência deste prejudicasse as suas fontes vitais de petróleo - revelou-se então decisiva. Sem a anuência de Washington, eles enfrentariam o colapso financeiro. Os britânicos retiraram-se, humilhados. Nasser ficou com o canal ⁽⁵⁰⁾. Não foi ele que caiu na armadilha política mas o primeiro-ministro britânico, Sir Anthony Eden ⁽⁵¹⁾.

A Crise do Suez ditou o fim da ambição britânica de gerir a política de todo o mundo árabe. Criou um vazio de influência da parte das grandes potências. Era o momento de construir uma nova ordem no Médio Oriente. Nasser apresentava-se como um Napoleão árabe. O seu prestígio era inigualável: ele era o *rais* (chefe). Com a sua enorme classe média, as suas grandes cidades e portos, a sua literatura e cinema, os seus jornalistas e professores, o Egito era o símbolo da modernidade árabe. O nacionalismo pan-árabe de Nasser (inscrito formalmente na nova constituição do Egito) enquadrava-se numa fase de grandes mudanças sociais na maioria dos Estados do Médio Oriente. Para os novos trabalhadores urbanos, o número crescente de estudantes e burocratas e a jovem classe de oficiais proporcionava um credo político e um programa cultural. Prometia um fim para a injustiça palestina, através do esforço coletivo de uma nação revitalizada. Menos de dois anos depois da sua vitória no Suez, Nasser atraiu a Síria para uma união política, formando a República Árabe Unida. O mesmo ano (1958) assistiu ao fim do domínio hachemita no Iraque. Nasser tinha ainda de lidar com o poder americano (os Estados Unidos e a Grã-Bretanha intervieram em conjunto para impedir o derrube dos governos da Jordânia e do Líbano por facções pró-Nasser). Mas os receios americanos da crescente influência

soviética e a oposição de Nasser ao comunismo permitiram uma aproximação cautelosa. Parecia efetivamente que Nasser tinha conseguido uma dupla vitória espantosa. Tinha afastado a Grã-Bretanha como potência regional a favor de uma influência americana menos firme e mais tolerante. Transformou o Egito no parceiro indispensável de qualquer grande potência com interesses no Médio Oriente. A solidariedade pan-árabe sob liderança egípcia (o novo regime iraquiano de tendências comunistas fora cuidadosamente isolado) abriu novas perspectivas de esperança. Podia negociar melhores condições com as potências estrangeiras. Podia usar a arma do petróleo (a produção de petróleo aumentou rapidamente nos anos 50). Podia até ser capaz de «resolver» a questão da Palestina.

Mas como se veio a verificar, a descolonização do Médio Oriente ficou muito aquém desse ideal pan-árabe. Nasser talvez esperasse que os xecados ricos em petróleo do Golfo Pérsico (sobretudo o Kuwait) aderissem ao seu «socialismo árabe» e derrubassem os seus monarcas. Mas os britânicos permaneceram no Golfo e apoiaram os governantes locais contra o desafio político de Nasser. Em segundo lugar, o sentimento pan-árabe com que Nasser contava enfrentava um poderoso inimigo. Nos primeiros anos do pós-guerra, os novos Estados árabes pareciam criações artificiais. A elite árabe instruída e as suas ideias deslocavam-se facilmente entre eles. As estruturas do Estado eram fracas e podiam ser facilmente penetradas pela influência externa. Em 1960 isso já tinha começado a mudar. Novas elites «locais» começaram a gerir o aparelho do Estado. Cada regime montou a sua *mukhabarat* - uma polícia secreta. A consciência das diferenças nacionais entre os Estados árabes tornou-se mais clara e definida: a política carismática do pan-arabismo de Nasser tinha uma luta difícil pela frente. A união com a Síria desfez-se passados três anos⁽⁵²⁾. Em terceiro lugar, o Estado de Israel revelou-se muito mais resistente do que se esperaria, e o apoio que recebia dos americanos não mostrava qualquer sinal de diminuir: no início dos anos 60 dir-se-ia até que estava a aumentar⁽⁵³⁾. Em quarto lugar (e em grande parte por causa disso), o projeto pan-arabista não podia ser realizado sem ajuda exterior. A procura de armas, ajuda e mais influência contra Israel (e as suas próprias rivalidades locais) empurrou os Estados árabes para o labirinto da diplomacia da Guerra Fria. Por fim, uma ironia do destino geológico colocara a riqueza petrolífera da região nos Estados menos inclinados a seguir o exemplo ideológico de Cairo: a Arábia Saudita, o Iraque e os protetorados da Grã-Bretanha no Golfo. O petróleo também não se tornou (como o carvão fora para a Grã-Bretanha) o motor da mudança social e industrial. Na realidade, a prosperidade árabe (ou a possibilidade da mesma) parecia escandalosamente dependente de uma indústria extrativa cujo verdadeiro controlo estava em mãos estrangeiras - as «sete irmãs (multinacionais)» que dominavam o mundo do petróleo⁽⁵⁴⁾. O segundo desastre da Guerra dos Seis Dias em 1967, travada entre Israel e o Egito, Jordânia e Síria, foi uma lembrança dolorosa de que a riqueza mineral não era equivalente a poder, e que os petrodólares não significavam poderio industrial. Em 1970, o ano da morte prematura de Nasser, a promessa da liberdade pós-imperial já se havia transformado no «problema árabe»⁽⁵⁵⁾.

Os três maiores Estados no Médio Oriente eram o Egito, a Turquia e o Irão (que teriam todos uma população de 66 milhões em 2001). Com o insucesso do esforço de Nasser para transformar o Egito no centro de uma revolução árabe, o seu sucessor, Anwar Sadat, fez regressar o país (como Mehemet Ali nos anos 40 do século XIX) a um entendimento com o Ocidente. No final dos anos 70 o Egito era já o segundo maior beneficiário (depois de Israel) da ajuda americana.

A Turquia, sob o governo do astuto antigo lugar-tenente de Atatürk, Ismet Inonu, manteve uma neutralidade cautelosa durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o enorme avanço do poder soviético no final da guerra e a confissão pública de Estaline dos seus planos para os Estreitos - «É impossível aceitar uma situação em que Turquia tem uma mão na traqueia da Rússia», declarou ele em Ialta - empurraram Ancara decididamente para o campo ocidental. Ao abrigo da Doutrina Truman (1947), a Turquia foi incluída na esfera da ajuda e proteção americanas, ainda que indefinidas na altura. Em 1955 já se havia tornado membro pleno da NATO. De uma forma que Kemal Atatürk dificilmente podia ter imaginado, o padrão do conflito da Guerra Fria abriu a porta para a aceitação da Turquia como parte do Ocidente. No final do século a sua pretensão a fazer parte a União Europeia era já amplamente reconhecida. Os conflitos com a Grécia e em torno do futuro do Chipre (que a Turquia invadiu e dividiu nos anos 70) dificultaram por vezes as relações. Dentro da própria Turquia, a questão fundamental durante grande parte do meio século depois de 1945 foi saber até que ponto o grandioso projeto de Atatürk de um forte Estado burocrático, com uma base industrial moderna e uma cultura secular, era compatível com a democracia representativa (a Turquia de Atatürk fora um Estado de partido único) e uma

economia aberta (não dominada pelo Estado).

O caso do Irão foi o mais intrigante. O Irão fora ocupado por forças soviéticas e britânicas em 1941, em parte para travar as aproximações de Reza Xá à Alemanha e sobretudo para garantir o livre-trânsito dos abastecimentos da Grã-Bretanha para uma Rússia cercada de inimigos. Reza Xá abdicou e foi para o exílio. O resultado foi o desmoronamento do seu Estado autoritário. Notáveis ressentidos (a poderosa classe latifundiária), movimentos radicais nas cidades (como o Partido Tudeh), líderes tribais (dos Qashgai e Bakhtiari) e minorias étnicas (curdos, árabes e azerbaijanos) contestaram a autoridade do novo xá e competiram pelo favor das potências ocupantes. No final da guerra, esta instabilidade aumentou. O Exército Vermelho permaneceu no Azerbaijão iraniano até 1946. Os efeitos da inflação do tempo da guerra arruinaram a economia. Os apoiantes do xá competiam com os radicais e os notáveis pelo controlo do Majlis, ou parlamento. O governo enfrentava a resistência crescente de grupos tribais, provinciais e étnicos. Em 1949, contudo, o xá já estava perto de reafirmar o seu controlo, talvez porque a alternativa fosse uma maior fragmentação do Estado iraniano e um ciclo interminável de agitação social.

Mas antes que isso pudesse acontecer, eclodiu uma grande crise. Para restabelecer a sua posição, o xá quisera aumentar as receitas da principal fonte de riqueza iraniana: os vastos campos petrolíferos no Sudoeste do país, controlados pela britânica Anglo-Iranian Oil Company (a atual BP). Em julho de 1949, o chamado «acordo suplementar» propôs aumentar os direitos que a companhia pagava de 15% para 20%, com outros aumentos programados. Mas este acordo deparou com dois grandes obstáculos. O primeiro foi o receio entre os adversários do regime de que esta nova riqueza consolidaria o restabelecimento do poder do xá segundo os padrões anteriores à guerra. O segundo foi a oposição muito mais ampla da opinião iraniana à continuação do controlo estrangeiro de um recurso fundamental do Irão e à influência que a companhia supostamente exercia. Entretanto, enquanto a questão era debatida no Majlis, ficou-se a saber que a Aramco, a Arab-American Oil Company, oferecera uma participação de 50% nos lucros ao seu governo anfitrião na Arábia Saudita. Enquanto prosseguiram as negociações com a Anglo-Iranian, a temperatura política subiu e em março de 1951 o Majlis aprovou uma lei para nacionalizar a companhia. Poucos dias depois Mohamad Mossadeq, um antigo adversário do xá e do seu pai, tomava posse como primeiro-ministro ⁽⁵⁶⁾.

O resultado foi um impasse. A proposta britânica de uma intervenção armada foi vetada em Washington, onde a abordagem de Londres era considerada imprudente e retrógrada ⁽⁵⁷⁾. Consequentemente, o grande contingente britânico foi retirado dos campos e da refinaria de Abadan. As grandes companhias petrolíferas, temendo que outros pudesse seguir o exemplo iraniano, impuseram um boicote internacional ao petróleo iraniano, que se revelou bastante eficaz. Mossadeq parecia à beira de conseguir uma revolução constitucional, mas a sua base de apoio - nunca muito coesa - começou então a desagregar-se. No Ocidente ele era visto como um perigoso demagogo, abrindo caminho para o domínio comunista. Em agosto de 1953 Mossadeq foi derrubado por um golpe militar, ajudado e financiado em parte por agentes americanos com algum apoio britânico, e substituído por um primeiro-ministro fiel ao xá. Segundo um novo acordo petrolífero, o petróleo do Irão seria vendido através de um cartel de companhias britânicas e americanas. As receitas do petróleo do xá aumentaram espetacularmente: dez vezes entre 1954-1955 e 1960-1961, para \$358 milhões; e quinze vezes em 1973-1974. O mesmo aconteceu ao seu poder militar e político. No início dos anos 60, já estava firmemente estabelecido como aliado importante do Ocidente, cujo valor como baluarte contra o avanço dos soviéticos no Sul era afetado periodicamente pelo receio de que a sua ambição de se tornar senhor do Golfo provocasse um conflito com os Estados árabes da região.

Do ponto de vista da Guerra Fria, o triunfo do xá sobre Mossadeq parecia uma vitória para o Ocidente. Na realidade, o seu sucesso deveu-se tanto às divisões e erros dos seus opositores e ao conservadorismo fanático de uma sociedade dominada por proprietários rurais como às maquinações e estratégias da CIA ⁽⁵⁸⁾. De outro ponto de vista, o xá e Mossadeq tinham provocado uma mudança extraordinária na posição geral do Irão. A condição semicolonial de que nem mesmo Reza Xá conseguira libertar-se completamente, os privilégios da Companhia como quase um Estado dentro do Estado e a influência ubíqua que os britânicos exerceram na burocracia iraniana e através dos seus aliados provinciais tinham sido todos eliminados na retirada humilhante a que a Anglo-Iranian fora forçada. Numa escala inigualável por qualquer outro governante do Médio Oriente, o xá podia não só afirmar a independência do Irão mas também a sua pretensão a tornar-se a grande potência da região. Ironicamente, os que acabaram

por herdar o Estado que ele construía foram os inimigos mais ferozes das mudanças que ele impusera à sociedade iraniana.

Foram os acontecimentos na Ásia Oriental, no Sul da Ásia e no Médio Oriente que destruíram a ilusão dos europeus de que os seus impérios coloniais podiam ser restabelecidos no mundo do pós-guerra. Durante algum tempo, pelo menos, a situação em África parecera diferente. Até os observadores bem informados duvidavam de que este continente seguisse o exemplo da Ásia, ou que pudesse fazê-lo sem uma luta feroz. Nos países do Magrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia), o poder da França continuava fortemente entrincheirado. A ideia francesa de um «destino» mediterrânico excluía qualquer separação de territórios considerados tão vitais para o lugar da França no mundo. Com um milhão de colonos na Argélia (todos com representação no sistema parlamentar da França) e um *Armée d'Afrique* (recrutado sobretudo no Norte de África) que ocupava um lugar crucial no seu sistema militar, os governos franceses do pós-guerra mostravam-se duplamente relutantes em ver na sua retirada forçada da Indochina uma lição para o Norte de África. Na África subsariana, os britânicos, franceses, portugueses e belgas viam ainda menos razão para se prepararem para uma retirada prematura.

A África subsariana sentira indiretamente algumas das repercussões da guerra: a inflação, a escassez, o recrutamento de soldados, a industrialização localizada, o clamor da propaganda. Mas nenhuma guerra a sério foi travada no seu solo (exceto brevemente na Etiópia), e nenhuma invasão perturbou o regime colonial. A diversidade linguística, étnica e religiosa parecia excluir o perigo de que o nacionalismo africano alguma vez se tornasse tão poderoso como o pan-arabismo, mobilizando o apoio das massas no interior (e muito menos através) das fronteiras coloniais. Por razões semelhantes, a probabilidade de os líderes africanos poderem criar movimentos políticos segundo o modelo do nacionalismo indiano parecia muito remota. A ampla coligação subcontinental criada por Gandhi estava a léguas de distância da natureza localizada da política colonial de África. Na realidade, em vez de avançarem para a formação de nações africanas, os Estados coloniais da África subsariana pareciam estar a evoluir na direção oposta. A África «tribal» estava ainda a ser inventada, em parte, pelo menos, como a resposta africana às formas de «governo indireto» que os europeus tinham introduzido. Criar «tribos» (algumas, como os Ioruba, de proporções muito grandes) parecia ainda a melhor maneira de as elites africanas exercerem a sua influência e construir o seu poder. Por fim, no «Sul Branco», foi o nacionalismo dos colonos brancos, e não o nacionalismo africano negro, que se mobilizou de forma mais agressiva depois de 1945. Impor o *apartheid* («separação», literalmente) e reforçar a supremacia política branca foi o programa político da África do Sul nos anos 50. Construir e defender um Estado centro-africano governado por brancos era o objetivo dos colonos da Rodésia do Norte e do Sul (atual Zâmbia e Zimbabué) ⁽⁵⁹⁾. A consolidação do poder branco teve ainda outra dimensão. Com a redescoberta da sua missão colonial depois de 1945, o Portugal salazarista lançou-se na colonização sistemática dos seus dois grandes territórios africanos em Angola e Moçambique ⁽⁶⁰⁾.

Ironicamente, portanto, enquanto as antigas potências coloniais lutavam para permanecer na Ásia, pensavam que em África tinham tempo para novas experiências. Os estrategas coloniais entretinham-se a conceber projetos burocráticos para a transferência de poder num futuro indeterminado e depois de uma série de etapas (como o progresso de um aluno problemático do primeiro ano de escolaridade ao sexto). O verdadeiro imperativo era a necessidade urgente de pôr as colónias a produzir: cacau, óleo vegetal, algodão, sisal, tabaco, cobre, ouro, urânio, cobalto, amianto e alumínio. A escassez de dólares e o conflito da Guerra Fria transformaram o continente desfavorecido dos anos entre as guerras numa gruta de Aladino da Europa. O «Estado guarda-noturno», que não queria «acordar o cão que dorme», tinha de ser transformado no «Estado do desenvolvimento», que interferia em todo o lado. As comunidades de colonos brancos na África Oriental e Central, encaradas tipicamente pelos funcionários coloniais como um escolho redundante antes da guerra, tinham de ser apaparicadas e a sua expansão incentivada. Na África Ocidental colonial, onde não havia colonos brancos, os administradores coloniais procuraram o apoio da elite instruída das cidades do litoral. Encarada com frieza antes da guerra, esta elite tinha de passar a contribuir para o esforço de crescimento. Com um curioso otimismo, mais romântico do que racional, os políticos em Londres e Paris julgavam que a promessa de autonomia futura apaziguaria a indignação com uma presença colonial muito mais intrusiva e lançasse as bases de uma parceria «eurafriana» para quando se renunciasse finalmente ao domínio colonial.

O que não levaram em conta foi a condição precária do Estado colonial. Em grande parte de

África, este sempre fora frágil. Na época da partilha e conquista antes de 1914, almejava pouco mais do que uma paz colonial rudimentar e contava com os colonos e concessionários para gerar uma receita tributável. Nos anos entre as guerras, o dogma predominante do governo indireto (baseado no receio de desestabilizar a sociedade africana «tradicional») e as receitas afetadas pela depressão económica favoreceram um regime parcimonioso que delegava o poder local às chamadas «autoridades indígenas». Os governadores mais perspicazes sabiam muito bem que sem uma mudança de rumo seria cada vez mais difícil manter as colónias ou conseguir o consenso para qualquer iniciativa do centro ⁽⁶¹⁾. Só a guerra (exigindo mais ação e despesas) e as suas consequências revelaram a necessidade urgente de reformas. Mas o que os políticos entendiam como um avanço consensual para uma maior autonomia e um Estado mais proactivo tinha um significado diferente para a opinião africana. Por causa da austeridade do pós-guerra, os governos coloniais tiveram de regular os preços, manter os salários baixos, reprimir a agitação operária e limitar o consumo local. Tiveram de impor melhorias às práticas agrícolas - como a desinfeção do gado, medidas de combate à erosão e a queima de cacauzeiros doentes - que provocaram grande animosidade e recorreram ao uso da força. Com a afluência de peritos estrangeiros e (nalguns lugares) novos colonos, a África colonial conheceu o que alguns historiadores têm chamado a sua «segunda ocupação colonial» ⁽⁶²⁾. Não admira que este súbito aumento de atividade pelo regime colonial provocasse a desconfiança e a resistência. Num curto espaço de tempo, os governos coloniais tiveram de escolher entre dois rumos diferentes. Podiam delegar mais poderes nos líderes africanos e tentar conquistar mais apoio popular para o Estado (a opção tentada pelos britânicos no Gana depois dos distúrbios de 1948). Ou podiam voltar-se para um regime de repressão, na esperança de que uma ação mais enérgica desencorajasse o «extremismo» (o termo reservado para os que se recusavam a colaborar com os governos coloniais) e aumentasse o número daqueles (chamados «moderados») dispostos a aceitar um programa de mudança política menos intenso e de período indeterminado antes de um governo de maioria africana ⁽⁶³⁾.

A preferência dos governos em Londres e Paris (e mesmo em Bruxelas), quando se tornou clara a dimensão do ressentimento africano, era evitar o confronto e conseguir um novo acordo com os líderes africanos. Mas no Quênia e na África Central esta solução era dificultada pela presença exaltada de comunidades de colonos brancos. Quando os colonos se tornaram alvo dos ataques dos africanos no Quênia (embora muito poucos tivessem efetivamente sido assassinados), foi declarado o estado de emergência. O resultado foi um enorme ciclo de violência. Pois no Quênia a revolta «Mau Mau» entre o povo Kikuyu fora provocada não só pelo ódio aos colonos mas também por ressentimentos contra outros Kikuyu. As mudanças económicas permitiram que muitos notáveis Kikuyu e seus seguidores aumentassem a sua riqueza à custa dos mais pobres - os sem-terra ou os menos bem relacionados. As antigas noções de uma «economia moral» e reciprocidade social já se haviam desvanecido ⁽⁶⁴⁾. Quando o pânico dos colonos despertou o Estado colonial para a repressão, estas tensões transformaram-se numa guerra social, com os chefes «leais» a atormentarem todos os suspeitos de simpatizar com os Mau Mau. Estes reagiram da mesma maneira ou fugiram para a floresta, a base para uma guerra de guerrilha. Em 1956 a resistência Mau Mau já fora debelada. Mas mesmo no Quênia, o custo de uma prolongada operação de segurança, a necessidade de mobilizar as comunidades africanas para o lado do governo e o embaraço causado pelas atrocidades e brutalidades do aparelho de repressão (sobretudo os campos onde os suspeitos Mau Mau eram «reabilitados») ⁽⁶⁵⁾ tornaram inevitável uma maior delegação de poderes. Com efeito, em 1960 a independência com governos escolhidos e liderados por africanos já se havia tornado a política aceite de todas as potências coloniais, exceto Portugal. Mas o que estas esperavam e pretendiam era controlar o calendário da mudança, instalar regimes «moderados» com os quais as relações fossem cordiais e manter uma vigilância apertada sobre as relações exteriores e o desenvolvimento interno dos territórios ex-coloniais. Como a África subsariana parecia ainda um «ermo» internacional, longe da linha da frente da Guerra Fria, elas achavam que tinham tempo para definir uma transição pós-colonial.

Esta ilusão desfez-se com a crise do Congo. O governo belga tinha concedido a independência à sua colónia em junho de 1960, partindo do princípio de que o seu papel e influência nos assuntos do Congo pouco iriam mudar ⁽⁶⁶⁾. Foi um erro de cálculo catastrófico. Dias depois o Exército amotinou-se, espalhando o pânico e o terror entre a grande comunidade de expatriados. O carismático novo primeiro-ministro, Patrice Lumumba, rejeitou uma aproximação ou parceria pós-colonial. As províncias do Kasai do Sul e do Katanga, ricas em minerais, separaram-se unilateralmente da nova república do Congo - no caso de Katanga com a conivência de Bruxelas,

talvez com o intuito de destruir Lumumba. Em agosto de 1960 Lumumba já pedira ajuda à União Soviética, e armamento e efetivos soviéticos começaram a chegar ao terreno. As Nações Unidas enviaram uma força de 10 000 homens para manter o país unido. Mas com a ascensão dos novos regimes separatistas, a escalada de violência entre os exércitos rivais, o assassinato de Lumumba por soldados catangueses (e talvez belgas) ⁽⁶⁷⁾ e as divergências internacionais em torno dos poderes e objetivos da força da ONU, o país descrito apenas três anos antes como uma colônia-modelo tornou-se o «desastre do Congo» ⁽⁶⁸⁾. Embora em 1964-1965 já se tivesse restabelecido uma ordem aparente, a tragédia do Congo transformou o sentido da descolonização em África. Revelou o perigo inesperado de uma competição entre o Leste e o Ocidente pela lealdade africana no contexto da Guerra Fria. Confirmou a sensatez (na opinião de Londres) de uma retirada antecipada dos restantes territórios coloniais da Grã-Bretanha na África Oriental e Central antes que estes fossem atingidos pelo contágio da desordem. Acima de tudo, reforçou a convicção dos brancos a sul do Zambeze de que a anarquia e a barbárie eram o resultado inevitável da cedência aos nacionalistas africanos. Enquanto o progresso para a independência total se tornava cada vez mais agitado no resto de África (até a Argélia, apesar do seu um milhão de *piets-noirs* - colonos brancos - conseguiu libertar-se do domínio francês em 1962), no «terço do Sul» o domínio branco cerrava fileiras para formar um bloco sólido que incluía também as colónias portuguesas em Angola e Moçambique. Assinalava-se assim uma nova e peculiar «partilha» de África.

Como no Médio Oriente ou no resto da Ásia, a descolonização em África não trouxe nem uma rutura total com o passado imperial nem um «bilhete de entrada» para um «mundo de nações». Os novos líderes africanos herdaram as fraquezas dos seus antecessores coloniais - cujo lugar ocuparam depois de uma brevíssima transição. A etnia regional ou local era muito mais forte do que o nacionalismo. Construir identidades nacionais sem vernáculos comuns representava um enorme desafio. O legado «tribal» do domínio colonial estava profundamente arraigado: com efeito, em muitas zonas de África, criar novas formas de etnicidade «tribal» foi o meio normal de adaptação à dimensão mais ampla da vida económica e social. Entretanto, a pressão para aumentar o papel do Estado era enorme, quer nos serviços sociais quer no desenvolvimento económico. A necessidade imperativa de qualquer novo regime era encontrar fontes externas de ajuda financeira e militar, antes que perdesse a sua pretensão à lealdade dos seus seguidores ⁽⁶⁹⁾. Era um contexto perfeito para as maiores potências mundiais aumentarem a sua influência num novo modelo pós-colonial. Se tivessem motivos para o fazer, os meios para construir novos impérios estavam à sua disposição.

Impérios Não Declarados

A descolonização pode ser definida como a dissolução da ordem mundial característica - geopolítica, jurídica, económica, cultural e demográfica - que surgiu nos anos 40 do século XIX, foi consolidada na última década do mesmo século e se arrastou até aos anos 40 e 50 do século XX nos lugares onde as circunstâncias ainda favoreciam a sua sobrevivência. A capacidade das potências coloniais para preservar este antigo sistema imperial dissipou-se rapidamente após 1945. Esse facto, como vimos, foi um dos principais elementos do novo panorama internacional do pós-guerra. O outro, igualmente decisivo, foi o colapso sangrento dos imperialismos belicistas dos nazis e dos japoneses. Foi a queda quase simultânea destes dois regimes imperiais - o «velho colonialista» e o «novo imperialista» - que abriu caminho ao surgimento de novos impérios mundiais, com novas ideologias, novos métodos e novos objetivos.

Não obstante, a rápida expansão do poder americano foi algo surpreendente. A aceitação de compromissos fora do continente norte-americano ou da América Central fora sempre controversa na opinião americana. O receio de envolvimento em querelas estrangeiras era profundo. A maioria dos americanos acreditava que a sua liberdade resultava da rejeição deliberada da mentalidade atávica e espírito bélico de um Velho Mundo decadente, correndo sérios riscos se mantivesse demasiados contactos com este último. O sistema político americano parecia mal preparado para a formulação e condução de uma política externa, cuja continuidade era facilmente interrompida pela controvérsia interna. Em geral, as atitudes americanas eram fortemente unilateralistas, desprezando a necessidade das coligações e compromissos que faziam parte de uma diplomacia ativa. Estas atitudes eram vigorosamente reforçadas pela tradição legalista que encarava as relações exteriores como algo que devia ser regulado pela decisão judicial e pelo compromisso solene ⁽⁷⁰⁾. Em contrapartida, a diplomacia de estilo europeu - a

busca oportunista do interesse nacional - parecia cínica, autodestrutiva e frívola. Estas características tinham contribuído para a notória recusa americana de aderir à Sociedade das Nações ou colaborar na contenção da expansão nazi antes de 1939. No entanto, depois de 1945, os governos americanos assumiram novos e enormes encargos em todo o mundo, tecendo uma teia de alianças para ajudar a mantê-los. O que tinha mudado?

Dois fatores transformaram a visão americana. O primeiro foi a disparidade extraordinária entre a riqueza material da América e a de qualquer outro Estado. Em 1950, cinco anos depois da guerra, a economia americana produzia duas vezes mais do que as economias da Grã-Bretanha, França e Alemanha em conjunto (relativamente a uma igualdade aproximada em 1913) ⁽⁷¹⁾. Esta vantagem económica foi drasticamente reforçada pela posse de tecnologia nuclear e pela capacidade exclusiva de utilizar armas atómicas. Por si só, talvez, estas novas fontes de poder podiam ter promovido uma atitude ainda mais isolacionista do que a dos anos entre as guerras. Mas surgiram acompanhadas da consciência de que o perímetro defensivo da segurança da América fora imensamente alargado por avanços no transporte aéreo e pela necessidade de gerir a economia internacional e evitar uma depressão económica no pós-guerra. A «Fortaleza América» perdera a sua invulnerabilidade. Os líderes americanos passaram a gozar de margem de poder para construir alianças em condições que garantissem a primazia americana. O receio de regressar ao pesadelo estratégico de 1941-1942 deu-lhes motivo para isso.

O resultado foi a criação de um «sistema» imperial americano em tudo menos no nome. Em 1946 foram delineados planos para um comando naval no Mediterrâneo. Em 1947 a Doutrina Truman prometeu ajuda militar à Turquia e à Grécia contra a pressão soviética, e o Plano Marshall garantiu os meios para restaurar as economias devastadas da Europa Ocidental. No início de 1948 Washington revelou a sua intenção de negociar um pacto atlântico em que se comprometeria a defender a Europa Ocidental, e a Resolução Vandenberg deu a bênção do Senado. Em abril de 1949 foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, e dois anos depois foram mobilizadas tropas americanas para a defesa terrestre da Europa Ocidental. Passaram a existir compromissos semelhantes no Canadá (por onde passava a rota aérea mais curta para a União Soviética) e na Ásia Oriental, onde o pacto de segurança mútua com o Japão foi assinado em 1951. Nesse ano, com efeito, os principais elementos do sistema já tinham sido montados. Mas este não era simétrico. Incluía uma forte aliança com a Grã-Bretanha, o principal membro europeu do pacto do Atlântico Norte, e uma parceria defensiva com os outros Estados da Europa Ocidental. A Alemanha Ocidental (cujo Exército permanecia sob o comando efetivo dos americanos) e o Japão (onde a América gozava de amplos direitos extraterritoriais) eram semiprotetorados. As Filipinas (teoricamente independentes desde 1946) cederam à América o controlo de 23 bases e prometeram não concedê-las a outrem sem consentimento americano; eram também um protetorado (não nominal mas na prática) ⁽⁷²⁾. A Micronésia permaneceu sob a supervisão direta de Washington por causa das suas bases, principalmente Guam, a fortaleza da América no Pacífico Ocidental, protegendo a sua rota para o Japão e as Filipinas ⁽⁷³⁾. Podíamos acrescentar a esta lista a vasta esfera do «império informal» dos EUA na América Latina, onde a guerra provocara o desaparecimento da presença comercial da Grã-Bretanha. O Tratado do Rio, de 1947 (o «Tratado Interamericano de Assistência Recíproca»), previa a ajuda militar dos Estados Unidos contra o ataque armado e outras formas de agressão (isto é, «subversão» comunista) aos Estados latino-americanos. Nos anos 50 só três governos latino-americanos mantinham relações diplomáticas com a União Soviética.

A extensão deste império colossal não tem precedentes. Nenhuma potência mundial anterior se entrincheirara nos dois extremos da Eurásia ou tivera o poder para o fazer. O que tornou isso possível foi em parte a ansiedade com que a amizade e a liderança da América foram procuradas e aceites. A aliança anglo-americana foi um exemplo de cooperação invulgar entre uma potência imperial em declínio (mas que esperava recuperar) e a sua sucessora mais evidente. Durante um período crucial, as duas partes aceitaram o mito da igualdade e praticaram uma forma de condomínio. Na Europa Ocidental, a América construiu um império «por convite» - na expressão notável de Geir Lundestad ⁽⁷⁴⁾. No Japão, como vimos, a elite política preferiu os termos onerosos do pacto de segurança ao risco de uma viragem para a esquerda na opinião pública. O medo do comunismo e da expansão soviética, real ou imaginário, foi o catalisador da colaboração americana com o estrangeiro, contribuindo também para a vontade americana de assumir os encargos do seu poder. Em nenhuma outra circunstância teria a América conquistado uma aceitação tão ampla do seu novo papel no mundo.

No início dos anos 50, a geopolítica e a ideologia já tinham sido reforçadas pelo terceiro

componente da influência americana. Com a recuperação gradual das economias europeia e japonesa, o efeito impulsionador do Plano Marshall americano e o aumento das despesas militares durante a Guerra da Coreia, o comércio internacional saiu da longa estagnação de 1913-1950. O valor das exportações mundiais duplicou entre 1953 e 1963, e o seu volume quase duplicou ⁽⁷⁵⁾. Os Estados Unidos tinham desempenhado o papel mais importante na criação das condições para este *boom* extraordinário. O Fundo Monetário Internacional (para promover a estabilidade das taxas de câmbio) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (para liberalizar o comércio) não teriam singrado sem o seu apoio. Acima de tudo, talvez, o dólar americano, convertível em ouro, forneceu a divisa de reserva universalmente aceite que permitiu a expansão do comércio. A América, evidentemente, estava nas melhores condições para colher os frutos da nova economia comercial. Entre 1939 e 1950 o valor dos investimentos americanos no estrangeiro mais do que duplicara. A indústria americana atingiu o seu pico competitivo nos anos 50. Em setores dinâmicos como o transporte aéreo e o entretenimento de massas, os produtos americanos eram quase imbatíveis. O «poder brando» da influência económica e cultural garantia o «poder coercivo» do poderio estratégico. Para que em tempos de crise não faltasse o apoio do dólar, nenhum país que dependesse de uma divisa comercial podia arriscar antagonizar os Estados Unidos.

A vasta zona onde a América fornecia - ou impunha - a sua proteção estratégica (em 1955 os Estados Unidos tinham já 450 bases em 36 países) coincidia com a esfera da nova economia internacional centrada na América. Juntas constituíam a *Pax Americana*. Na década de 50 esta foi rapidamente consolidada, mas não sem alguns atritos. Um dos anos mais críticos foi 1956. A recusa de Washington em apoiar a revolta húngara contra a hegemonia soviética assinalou a sua aceitação tácita da divisão da Europa de 1945-1948. Quase simultaneamente, ao obrigar os britânicos e os franceses (através da pressão financeira) a desistir do seu esforço para destruir o regime de Nasser, Washington deu a entender que os seus aliados europeus deviam gerir o que restava do seu espaço imperial em conformidade com o grandioso desígnio americano. O regresso geral à convertibilidade das moedas ocidentais em 1958 assinalou o fim da «economia de emergência» e a normalização da economia comercial mundial ⁽⁷⁶⁾. No Médio Oriente e no Sudeste Asiático, parecia que bastava uma intervenção limitada para impedir a expansão da influência soviética e estabilizar a fronteira entre as esferas das superpotências. Com a linha de «contenção» rigorosamente traçada sobre grande parte da Eurásia, e os meios estratégicos (através de um ataque nuclear) para impedir um avanço soviético na Europa Ocidental, o equilíbrio mundial parecia então claramente pender para a primazia americana.

Na realidade, os efeitos mundiais da divisão da Eurásia não foram circunscritos de forma tão fácil. Isso deveu-se sobretudo à espantosa trajetória do poder soviético. Em três anos de guerra, entre 1942 e 1945, a União Soviética reergueu-se de uma quase-derrota catastrófica para desempenhar o papel mais importante na vitória sobre a Alemanha. A recompensa foi a enorme extensão da esfera de domínio soviético na Europa Central e de Leste e, principalmente, o direito de veto efetivo sobre a reunificação da Alemanha. Este grande triunfo no Ocidente foi o principal alicerce do poder mundial soviético. O elemento crucial da força do sistema imperial soviético no pós-guerra talvez fosse a sua vantagem geopolítica. A sua saliente militar na Alemanha de Leste ameaçava os pontos nevralgicos da Europa Ocidental e neutralizava a vantagem da América em armamento de alta tecnologia. Os seus «satélites» do Sudeste da Europa vigiavam a rota para a Ucrânia e Sul da Rússia que a Wehrmacht tomara com consequências tão devastadoras em 1941-1942. Enquanto estes *limes* permanecessem intactos, a União Soviética seria quase invulnerável numa guerra convencional. Duas coisas tornaram muito mais fácil do que seria de esperar impor o controlo soviético sobre uma parte tão grande da Europa ocupada em 1945-1948. A primeira foi a ausência, depois da guerra, de qualquer ameaça séria na Ásia Oriental remotamente comparável à do Japão antes de 1941. Com efeito, a vitória de Mao Tsé-tung na Guerra Civil Chinesa foi um bônus inesperado. Toda a força de Moscovo pôde então voltar-se para o ocidente. A segunda foi o legado do imperialismo nazi, que praticamente decapitara as elites políticas da Europa de Leste (uma tarefa que a NKVD - a polícia secreta de Estaline - se encarregou de terminar) ao mesmo tempo que semeara divisões ferozes entre grupos sociais, religiosos e étnicos que tinha favorecido ou perseguido durante o terrível conflito.

No entanto, o alargamento espetacular da esfera soviética na Europa Central e de Leste representava um fardo colossal, nomeadamente em efetivos militares. Esse fardo recaía sobre um país que tinha perdido na guerra cerca de 14% da sua população (o número desconcertante de 27 milhões de pessoas - os Estados Unidos perderam cerca de 400 000) e talvez um quarto dos seus bens físicos ⁽⁷⁷⁾. O desastre agrícola de 1946 trouxe a fome em grande escala. A

recuperação económica foi o grande sucesso da ordem industrial de Estaline. Uma disciplina laboral feroz, mão de obra forçada e uma forte dependência do trabalho escravo ou semiescravo oprimiram ainda mais do que antes da guerra uma população intimidada, mal alimentada e exausta (78). Talvez 10% do produto industrial viesse do Gulag (79). À data da morte de Estaline, em 1953, as perdas da guerra já tinham sido compensadas e a União Soviética atingia níveis de crescimento económico ultrapassados apenas pelas economias «milagrosas» da Alemanha e do Japão (80). Foi sobre esta plataforma que Krushev lançou a segunda fase da expansão da influência soviética.

Krushev personificava a nova convicção da União Soviética de que podia competir com o Ocidente, e não apenas com a Europa, de igual para igual – uma mudança notável em relação à mentalidade de *bunker* do período estalinista. Os cientistas espaciais soviéticos foram os primeiros a pôr em órbita um veículo espacial (o Sputnik) em 1957, uma afirmação altamente prestigiosa de que tinham não só alcançado mas também ultrapassado os seus concorrentes ocidentais. Krushev autorizou a expansão do poder marítimo soviético, sob o comando do temível almirante Gorshkov. No final dos anos 50, a sua enorme força de submarinos já tornara a marinha de guerra soviética a segunda maior do mundo (81), concebida para fazer sombra às frotas da América e negar-lhes o «comando dos mares» – definido como o controlo incontestado das rotas marítimas do mundo. Krushev estava também decidido a conseguir o acordo do Ocidente para a divisão permanente da Alemanha – a causa da crise de Berlim em 1961. A construção do Muro de Berlim (que se seguiu à recusa do Ocidente) demonstrava a vontade soviética de governar o seu rajado europeu num futuro próximo. Mas o aspeto mais radical da abordagem de Krushev foi a sua avaliação sagaz do que a descolonização poderia oferecer. O fim da hegemonia da Grã-Bretanha no Médio Oriente, o súbito avanço para a independência na África colonial e os sinais de agitação social na América Latina prometiam um meio de fuga ao constrangimento eurasiático e um avanço soviético para o Mundo Exterior. O que lhe faltava em incentivos económicos a União Soviética podia esperar compensar com o atrativo ideológico da «modernidade soviética». Em muitos novos Estados, o modelo soviético de crescimento industrial, a força e a eficiência (assim parecia) do Estado de partido único soviético e a deslumbrante alquimia de poder autoritário e valores igualitários que o marxismo-leninismo proclamava eram profundamente apelativas. Estava-se perante uma via para o mundo moderno (testada e comprovada) que não implicava a subserviência contínua aos interesses comerciais estrangeiros que tinham imperado na era colonial (ou semicolonial).

O objetivo de Krushev (podemos deduzir) era tirar partido da nova instabilidade na política mundial antes que o poder americano e a economia centrada no Ocidente pudessem tornar-se a influência preponderante no mundo pós-colonial. Como o Império Germânico antes de 1914, a União Soviética procurava um «lugar ao sol» e o direito de moldar a nova ordem mundial. Em 1960 já tinham começado a surgir vários sinais de rivalidade. Quando Washington tentou reprimir a revolução de Castro em Cuba impedindo a importação de açúcar cubano (uma estratégia com provas dadas), Krushev prometeu importá-lo. Quando eclodiu a crise no Congo, ele denunciou a falta de apoio ao governo de Lumumba e descreveu a ONU como um instrumento do Ocidente a precisar de reformas drásticas. Em Londres e Washington o ambiente era de grande inquietação (82). Em 1961, surgiu uma nova frente no Sudeste Asiático quando Ho Chi Minh iniciou a luta contra o regime de Diem no Vietname do Sul. A revolução no Iémen em 1962 e a guerra civil que se seguiu indicavam que Nasser (que interveio em força do lado revolucionário) poderia tornar-se muito mais dependente da ajuda soviética e que a guerra iemenita afetaria a Arábia Saudita. Com grande relutância, os americanos prometeram a sua ajuda contra qualquer ataque ao Estado saudita pelos protegidos iemenitas de Nasser (83). O acontecimento mais dramático foi o envio de mísseis soviéticos ao novo aliado de Krushev na América Latina. A Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, acabou por ser resolvida com a retirada das armas soviéticas, em troca de uma cedência semelhante relativamente aos mísseis americanos que iriam ser colocados na Turquia e (talvez) a promessa americana de não invadir Cuba. No entanto, embora o resultado parecesse um recuo soviético, a crise revelou o âmbito crescente da rivalidade entre soviéticos e americanos. Confirmou a opinião da Casa Branca de Kennedy de que seriam necessários métodos mais resolutos para travar a expansão da influência soviética no «Terceiro Mundo» da África, Ásia e América Latina. Foi neste ambiente que o possível colapso do governo sul-vietnamita de Diem assumiu o que parecia uma importância global e não apenas regional.

Nos vinte anos seguintes, a luta das superpotências por maior influência foi a característica dominante da política mundial. O troféu não foi (como na última década do século XIX) um grande domínio territorial mas um império informal de vassallos e aliados, unidos por fornecimentos de armamento e missões militares, ajuda ao «desenvolvimento e créditos comerciais». Naquela que se tornou uma disputa inconstante e imprevisível, cinco aspetos foram relevantes. O primeiro foi a relutância das duas potências depois de 1962 em constituir um desafio direto ao «quintal» da outra, reforçada pelo facto da paridade nuclear no final dos anos 60. A ocupação americana da República Dominicana em 1965, como a invasão soviética da Checoslováquia três anos antes, não suscitou qualquer resposta. A diplomacia do «desanuiamento» nos anos 70 reconhecia a permanência das divisões na Europa: a «Ata Final» de Helsínquia em 1975 foi, na prática, um tratado de paz europeu através do qual os Estados europeus (incluindo a União Soviética) se comprometiam a aceitar as suas fronteiras existentes. O segundo aspeto foi a disparidade relativa na força económica dos dois rivais. Apesar dos sucessos do seu complexo militar-industrial, a economia soviética continuava a ser mais pequena e fraca do que a sua congénere americana. Entre 1960 e 1975 a sua participação nas exportações mundiais nunca ultrapassou os 4% ⁽⁸⁴⁾. A participação da América nas exportações manufaturadas do mundo era de 13% em 1976 ⁽⁸⁵⁾. A economia de mercado livre, com o seu eixo na América, ficava com a parte maior do comércio internacional. O terceiro aspeto foi a permanente instabilidade da grande zona de «fronteira» onde as duas potências mundiais lutavam para afirmar as suas pretensões. Esta turbulência resultava dos contratempos da construção de novos Estados em territórios ex-coloniais, dos conflitos anticoloniais em partes de África e da convulsão económica dos anos 70 (o «choque petrolífero» de 1973 e o aumento drástico do preço dos combustíveis). Criou uma grande procura de armamento e ajuda entre os regimes e os seus opositores. Garantiu uma procura constante do patrocínio das superpotências, e fomentou a «mentalidade de domínio» dos estrategos das superpotências. Criou uma esfera cada vez mais ampla no Mundo Exterior onde estas travavam guerras por procuração. Em meados dos anos 70 a ajuda militar e a influência política dos soviéticos já tinham começado a penetrar no Corno de África e na África Austral. O quarto aspeto foi o resultado (em parte) dessa instabilidade: a exposição das duas superpotências a grandes reveses de fortuna. A derrota humilhante do esforço americano para preservar o Vietname do Sul como Estado não-comunista foi o exemplo mais esmagador. No entanto, o súbito repúdio, pelo governo do Egipto, da sua aliança soviética no ano seguinte (1976), e a expulsão de um batalhão de conselheiros soviéticos, não foi, em termos geoestratégicos, menos importante ⁽⁸⁶⁾. Em quinto e último lugar, e como podemos deduzir de tudo isto, apesar da plenitude da sua força militar havia sérios limites ao controlo que cada superpotência podia exercer sobre os seus protegidos turbulentos, rebeldes e voluntariosos. Consequentemente, ambas corriam o sério risco de se comprometer demasiado com aliados pouco confiáveis e de ser arrastadas sem querer para o confronto. E como aconteceu no final século do XIX, a China resistiu à assimilação em qualquer sistema imperial.

Para muitos analistas da época, parecia não haver qualquer razão para que os altos e baixos deste imperialismo das superpotências não se prolongassem indefinidamente. Para os «declinologistas» nos Estados Unidos, a lição do Vietname foi que o poder americano tinha sido usado para além dos seus limites. O esforço financeiro da Guerra do Vietname e o súbito aumento do preço do petróleo (resultado em parte da tentativa dos Estados árabes de pressionar indiretamente Israel) travaram o rápido crescimento das economias de mercado depois de 1970. O poderoso dólar teve de abandonar o padrão-ouro. Os marxistas sonhavam com a falência do capitalismo e com uma «revolução mundial». Planearam-se estratégias para que uma «nova ordem económica internacional» efetuasse a transferência de tecnologia e capital para os países em vias de desenvolvimento. O que o Ocidente mais temia era uma viragem radical no mundo ex-colonial. Com o poder mundial cada vez mais equilibrado e os países em desenvolvimento exigindo cada vez mais, a conquista de influência nas zonas de disputa tornar-se-ia certamente mais difícil. A luta por Angola, onde grassava uma guerra civil entre facções marxistas e antimarxistas, mostrou a rapidez com que uma «guerra por procuração» podia envolver todo um subcontinente ⁽⁸⁷⁾. No Corno de África, a ajuda soviética em grande escala aos líderes marxistas da Etiópia foi compensada pela ajuda americana à vizinha Somália ⁽⁸⁸⁾. Mas a ação direta era ainda mais assustadora. A invasão soviética do Afeganistão no final de 1979 foi vista no Ocidente como a primeira salva da «nova» Guerra Fria, um novo avanço do «império do mal» (a expressão

memorável de Ronald Reagan) governado a partir de Moscovo. A contenção falhara, disse o Secretário de Estado americano ao Senado em junho de 1983. «As ambições e capacidades soviéticas há muito que ultrapassaram os limites geográficos que esta doutrina dava como certos» (89). Em vez anunciar um «mundo de nações», o rumo inesperado da descolonização parecia ter preparado o caminho para novos tipos de império. Com efeito, poder-se-ia dizer que os danos colaterais do imperialismo do final do século XX – os efeitos desestabilizadores da intervenção indireta, o auxílio financeiro prestado a governantes autoritários e a militarização da política incentivada pelo vasto tráfico de armas (90) – foram pelo menos tão graves como os da sua versão do final do século XIX. Parecia realmente que a perigosa incerteza da «coexistência competitiva» (com a perspetiva aterradora da «destruição mútua garantida» num conflito atómico) era o preço inevitável de um mundo bipolar. Mas as coisas não correram como se esperava.

A reviravolta foi espantosa. Em meados dos anos 80, o âmbito da ambição soviética parecia maior que nunca. A partir da sua base avançada na baía de Cam Ranh, no Sul do Vietname, a marinha soviética podia vigiar as principais rotas marítimas que atravessavam o Sudeste Asiático e o oceano Índico, um «lago britânico» até aos anos 50 (91). Com a construção de novos e enormes porta-aviões como o *Leonid Brezhnev*, Moscovo pretendia então igualar a capacidade dos americanos para intervir em todo o mundo. No entanto, em menos de meia década, esta vasta estrutura imperial – o poder dominante em todo o Norte da Eurásia; o rival contumaz no Sul da Ásia, África e Médio Oriente – desmoronou-se simplesmente. Em 1991 era já um império em ruínas. Não houve qualquer «idade de prata» ou fase de declínio: apenas uma derrocada calamitosa.

A explicação poder-se-á encontrar nas pressões convergentes para a reforma interna e nos planos desastrosos dos líderes soviéticos para escapar ao estrangulamento que eles julgavam iminente. O insucesso fundamental do sistema soviético foi económico. Após 1970, o rápido crescimento das décadas anteriores já não podia ser sustentado. A produção adicional para melhorar os níveis de vida e financiar o aparelho de poder militar fugiu aos cálculos dos planeadores soviéticos. Sem a sanção do terror, a economia planificada que Estaline tinha construído perdeu o seu controlo sobre os trabalhadores (92). A inexistência de um mecanismo de preços para orientar o investimento e selecionar a inovação tornou-se cada vez mais dispendiosa. E como se isso não bastasse, os reveses que afetaram as economias de mercado nos anos 70 revelaram-se muito breves. Nos países do G-7 (Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha, Canadá, Japão e Estados Unidos), que constituíam o núcleo do mundo capitalista, os anos 80 assistiram a um avanço extremamente rápido para as formas características da globalização comercial: uma dependência cada vez maior das exportações e comércio; uma atividade bancária transnacional; o fluxo de capital para o investimento estrangeiro; a compra e venda de divisas em grande escala (93). A economia empresarial da América conseguiu uma grande recuperação nos anos 80 (94). O crescimento espetacular dos chamados «novos países industrializados», como a Singapura, Malásia, Tailândia, Taiwan e, sobretudo, a Coreia do Sul (o décimo maior produtor de aço no mundo em 1989), que na sua maioria tinham crescido sob a proteção estratégica americana, eliminou o receio de que pudessem vir a ser subvertidos por movimentos de libertação marxistas. No Sudeste Asiático, o caminho «sul-coreano» para a prosperidade industrial, e não a via «vietnamita» para a revolução camponesa, exercia a atração mais forte. Mas no império soviético o peso das despesas militares tornava-se cada vez mais esmagador, enquanto as economias-satélite da Europa de Leste comunista recorriam cada vez mais ao Ocidente para investimento e comércio.

A *perestroika* de Gorbachev foi uma última tentativa de reforma imperial por um novo líder soviético (95). O seu principal objetivo era «ocidentalizar» não só a economia «interna» da União Soviética mas também a economia do «império exterior»: torná-las mais recetivas à procura dos consumidores e à inovação tecnológica. O plano era muito abrangente. Implicava promover homens «novos» e atenuar o controlo da burocracia partidária sobre a economia planificada. Implicava libertar recursos anteriormente afetados ao esforço militar. Implicava aliviar a «disciplina» que Moscovo impusera aos governos satélites na Europa de Leste, para permitir mudanças «moderadas». Implicava negociar o acesso ao investimento ocidental e a novas tecnologias ocidentais. E como nada disto seria possível sem um alívio das tensões da «nova Guerra Fria», implicava reduzir a dimensão da presença militar soviética: na Europa Central e de Leste; nas esferas de intervenção na Ásia e África; sobretudo no Afeganistão. No entanto, é muito pouco provável que Gorbachev tencionasse renunciar à pretensão de manter a União Soviética

como potência mundial - na realidade, a segunda grande potência. O que ele procurava era mais espaço de manobra. A sua diplomacia de desanuviamiento foi concebida para proteger a delicada transição da Europa de Leste de uma esfera de controlo soviético para um «império informal» de influência fraternal. O império soviético seria modernizado ante o olhar dos ocidentais num clima cordial de «coexistência cooperativa». Restaurado e rejuvenescido, continuaria a oferecer uma «modernidade paralela».

Mas Gorbachev descobriu (como as antigas potências coloniais) que o imperialismo informal não era uma opção fácil. Desistir do controlo e da ameaça de coerção era correr um grande risco. Sem outros meios para manter a lealdade de velhos protegidos, podia até revelar-se fatal. O que Moscovo podia oferecer em termos de incentivos económicos era de facto insignificante comparativamente ao Ocidente: isso já se havia verificado na Polónia nos anos 80, com o enfraquecimento gradual do poder soviético. Assim, com uma velocidade estonteante, a reforma da Europa de Leste transformou-se na revolta da Europa de Leste. Em novembro de 1989 caiu o Muro de Berlim, caíram os governos pró-soviéticos e desapareceu o «império exterior» do Leste Europeu. Esta catástrofe arrasou a autoridade e legitimidade do regime soviético. A economia planificada entrou em falência. No ano seguinte (1990) a revolta espalhou-se rapidamente ao «império interior» da União Soviética. As repúblicas soviéticas - incluindo a própria Rússia, sob a liderança de Boris Ieltsine - exigiram a sua liberdade. A tentativa vã dos colegas de Gorbachev para travar a maré política através de um golpe militar e do estado de emergência foi a «gota de água». O Tratado de Alma-Ata, em dezembro de 1991, dissolveu a União Soviética em 15 novos Estados. Reconheceu o fim do rajado soviético no Báltico, no Trans-Cáucaso e na Ásia Central. O ato mais significativo talvez fosse a decisão da Ucrânia, a principal colaboradora do poder imperial russo desde os anos 50 do século XVII, de votar pela independência total. A Rússia pós-soviética continuou a ser uma potência colonial com um território enorme. Mas com uma economia arrasada e a crescente influência americana na Eurásia Interior, as suas perspetivas teriam desanimado até Pedro, o Grande.

Império Sem Limites?

O imperialismo da era bipolar representara a outra face da descolonização. Dois grandes sistemas imperiais tinham lutado para conter a expansão (real ou imaginada) um do outro e estabilizar a vasta zona de instabilidade pós-colonial em benefício próprio. Na realidade, a estabilização revelara-se uma miragem. Existiam ainda menos hipóteses do que antes de 1914 de que os rivais concordassem com uma partilha mundial ou conseguissem impor os seus termos se o fizessem. Em primeiro lugar, a nova regra da soberania inscrita na carta das Nações Unidas - como aliás a ideologia interna das duas potências concorrentes - excluía o recurso ao domínio territorial explícito. Em segundo lugar, nenhuma das potências estava disposta a aceitar a perda permanente de qualquer região mundial (fora da Europa) onde ainda existisse esperança de uma mudança política. Também nesse ponto a ideologia interna era inflexível. Em terceiro lugar, o legado do império ao mundo pós-colonial fora tudo menos um começo de vida tranquilo. As disputas geopolíticas entre os Estados sucessores, os conflitos religiosos e étnicos não resolvidos, o uso do poder do Estado para acumular fortunas privadas e a vulnerabilidade dos Estados fracos a choques económicos externos foram alguns dos frutos amargos da liberdade colonial. Elas aumentam imenso, não só o risco de convulsões internas, mas também a oportunidade para a intervenção externa, por convite ou não. Em quarto lugar, mesmo que estabelecessem os limites das suas esferas imperiais, as duas superpotências enfrentavam a inimizade inconciliável dos excluídos. Cortejada ou contrariada, a China era o jóquer na política das superpotências. Nenhum dos lados podia saber quando ou como ela poderia mudar o jogo. Com efeito, a mudança da China para o capitalismo no final dos anos 70 e o crescimento extraordinário da sua economia, até então fechada, geraram um novo e grande fator de incerteza na última década de rivalidade entre as superpotências.

Mas que aconteceria quando o colapso da União Soviética pusesse fim à competição? Era imediatamente evidente que não haveria qualquer recuo americano para o isolamento hemisférico. O grande avanço da influência e poder dos Estados Unidos depois de 1945 não seria invertido. A Guerra Fria fora a grande época da expansão americana. A nova e vasta dimensão do comércio e investimento americanos e a dependência da América de produtos importados (sobretudo petróleo) tornaram claro no final da Segunda Guerra Mundial que seria importante ter um papel preponderante na definição das regras da economia mundial. A revolução geoestratégica provocada pelo poder aéreo, pela tecnologia dos satélites e pelas armas nucleares

afirmou de forma ainda mais enfática que a segurança da América era uma questão mundial e não apenas hemisférica. Assim, a reação americana ao fim da Guerra Fria foi encará-lo, não como uma oportunidade para se desfazer de um encargo imperial, mas como uma oportunidade meta-histórica para definir o rumo da história mundial ⁽⁹⁶⁾. Era o momento para concluir a transformação permanente da economia mundial, já em curso nos anos 70 e 80. As economias fechadas deviam ser abertas; os monopólios estatais desfeitos; o acesso livre imposto; a segurança da propriedade privada – sobretudo a propriedade privada estrangeira – garantida. A receita de Woodrow Wilson para a paz internacional – bloqueada durante tanto tempo pelo marxismo-leninismo, pelo nazismo e pelo colonialismo europeu antiquado – podia finalmente ser aplicada em todo o mundo. As divergências políticas, os estigmas do nacionalismo, as feridas da luta de classes e até os horrores do ódio racial seriam eliminados pela maré purgadora das trocas económicas livres e pelos seus subprodutos culturais. A economia de mercado traria consigo uma procura irresistível de democratização. Libertos da tirania da economia planificada e da opressão espiritual do conflito ideológico, os povos até então subjugados escolheriam naturalmente a democracia liberal. O corolário fundamental desta tarefa mundial era geoestratégico. Nenhum Estado devia poder impedir a sua realização através do uso da força, nem ameaçar os seus vizinhos e criar um «império» regional para excluir a economia mundial e a sua cultura liberal. A enorme vantagem militar que os Estados Unidos já tinham adquirido no final da Guerra Fria devia então ser usada para manter o equilíbrio de poderes mundial, nos lugares onde isso fosse mais importante. Para o estratega veterano Zbigniew Brzezinski a lógica era evidente. A política americana não tinha outra alternativa senão desempenhar um papel dirigente na geopolítica da Eurásia ⁽⁹⁷⁾.

Não admira que o âmbito aparentemente ilimitado da ambição americana tivesse gerado reações contraditórias. Sem o constrangimento de solicitar a boa vontade dos outros, sem a necessidade das suas alianças da Guerra Fria e aproveitando os benefícios da sua vitória ideológica, a América parecia livre para usar a sua força económica e militar contra toda a oposição e a oposição de todos. Aideia um «império» americano, anteriormente confinada à retórica de esquerda, tornou-se um lugar-comum. Um império universal, em que um Estado impunha as suas leis internas a todos os outros, era exatamente o oposto do que defendia a longa tradição de direito internacional que se desenvolvera na Europa desde o século XVII. Nessa tradição, a necessidade de respeitar a soberania dos Estados era constantemente realçada, assim como a necessidade de procurar o acordo de todos (no século XIX tinham sido todos os estados «civilizados») para o estabelecimento das regras de conduta internacionais ⁽⁹⁸⁾.

A inquietação na esquerda juntava-se à suspeita de muitos Estados pós-coloniais de que as liberdades de que tinham gozado durante a Guerra Fria estavam prestes a desaparecer, e à queixa mais generalizada de que construir culturas descolonizadas – em que a «normalidade» do Ocidente deixara de ser um pressuposto – era uma tarefa impossível perante uma «globalização» sob os auspícios dos americanos. Estes receios agravaram-se no final do século. Foi então que os pressupostos fáceis de um mundo pós-Guerra Fria começaram a desfazer-se. No Médio Oriente, na Ásia Oriental e na África subsariana o conflito e instabilidade da época da Guerra Fria revelavam uma persistência surpreendente. A história não chegara ao fim. A descolonização, no seu sentido mais lato, permanecia incompleta. A resposta da América foi afirmar com maior insistência que o poder americano devia ser usado para garantir os seus ganhos e prosseguir com o projeto de uma nova ordem mundial depois de 1989. O debate que se seguiu tornou ainda mais explícita a questão de se saber se os Estados Unidos eram um império ou se deviam aceitar o papel de uma potência imperial. O que os críticos perceberam foi o ressurgimento agressivo de duas atitudes arraigadas para com o resto do mundo. A primeira era o unilateralismo: a relutância em obedecer a regras feitas para os outros. Esta resultava de crenças sobre as origens «excecionais» da América como sociedade democrática num mundo dominado por déspotas ou pelos «detritos» feudais da nobreza europeia. A segunda era o universalismo: o que era bom para a América era bom para o mundo. As instituições democráticas de estilo americano, a versão americana da economia de mercado e a cultura comercial produzida para o consumo de massas eram as melhores garantias de riqueza e estabilidade. Recusar a sua adoção era um ato hostil contra o progresso e a paz. O unilateralismo e o universalismo eram «manias» inofensivas numa potência isolacionista. Na única superpotência do mundo tornaram-se os principais elementos de uma visão imperial. Aliadas ao uso de uma diplomacia coerciva ou da intervenção armada, constituíam a via principal para um «império» em que a guerra perpétua no estrangeiro subverteria a democracia interna ⁽⁹⁹⁾.

Não adianta debater se a América deve ser vista como potência imperial: o veredicto já foi pronunciado. Após 1990 tornou-se o único império mundial. Um Estado com meios para intervir pela força em quase qualquer parte do mundo, com uma vantagem tão grande em poder militar sobre qualquer adversário potencial e com uma economia avançada duas vezes maior do que a do seu concorrente mais próximo era efetivamente esse império. O facto de a América não ter as possessões coloniais que contribuíram *em parte* para a preeminência mundial da Grã-Bretanha vitoriana é pouco relevante. A ideologia pública, os objetivos económicos e os métodos políticos da Grã-Bretanha vitoriana eram muitos diferentes dos da Roma do século I, mas ambas governaram impérios. Os impérios existem para acumular poder em grande escala; a forma que assumem reflete as condições existentes, e não a adesão irrefletida a um modelo obsoleto. A questão interessante acerca do império da América não é a sua existência (que podemos tomar como certa) mas os limites a que poderá estar sujeito ou não (como todos os impérios anteriores).

Podemos enumerar brevemente alguns dos elementos do seu poder. Em 2003, os Estados Unidos possuíam mais de 700 bases (e 234 campos de golfe militares) em 130 países, sem contar as várias instalações «temporárias». Mais de 250 000 militares serviam no estrangeiro nos enormes comandos regionais («Pacom», «Southcom», «Centcom», etc.) que dividiam o mundo entre si. Com 54 submarinos nucleares, 12 porta-aviões, uma dezena de porta-helicópteros e uma frota enorme de navios de apoio, os Estados Unidos têm o comando do mar. No espaço, no ar e no combate moderno em terra, a superioridade americana é quase incontestável. Em termos económicos, a dimensão da riqueza americana é igualmente espantosa. Os Estados Unidos foram responsáveis por quase um terço do produto bruto do mundo em 1999 ⁽¹⁰⁰⁾; o seu produto interno bruto é cinco vezes maior do que o da China. Como comprador e vendedor numa escala maciça, como a voz mais sonante nas organizações que regulam o comércio e as finanças do mundo e como sede de muitas das maiores empresas do mundo, os Estados Unidos podem exercer um imenso «poder brando». Em terceiro lugar, o sucesso económico e o prestígio e atração da democracia americana juntaram-se para criar novas testas de ponte de influência em todo o mundo. A riqueza imensa que permite premiar a colaboração e a amizade e as redes sociais construídas por laços educacionais e migrações e diásporas cujos membros mais ricos residem na América fornecem os meios para alargar e aprofundar essas testas de ponte. Pois o império americano (como o britânico antes dele) não é dominado por governos e políticos. Grande parte da energia que alimenta a expansão americana é privada e não oficial.

No entanto, poder-se-á argumentar que estes bens «imperiais» têm sido sobrevalorizados, que diminuirão gradualmente e que são facilmente dispersados. O poder militar americano, sugere um observador perspicaz, pode dominar facilmente os espaços comuns do mundo, mas adequa-se mal a guerras irregulares em territórios densamente povoados, em grandes complexos urbanos ou em terrenos pouco propícios ao uso do poder de fogo mecanizado. Nestes casos o peso dos números poderá ser muito mais determinante, e também a disposição para sofrer grandes baixas ⁽¹⁰¹⁾. Apoiar regimes amigáveis ou coagir a resistência poderá revelar-se tão difícil no futuro como foi no Vietname. O insucesso militar enfraqueceria o prestígio e o moral, e incentivaria maior insubmissão. O poder económico americano poderá enfrentar atritos semelhantes quando o Oriente e o Sul da Ásia se tornarem as regiões mais produtivas do mundo. O valor do dólar já depende do influxo de poupanças do Japão e da China, e seria bastante afetado se essas poupanças mudassem de rumo. Com a disseminação mundial das práticas empresariais americanas, a vantagem competitiva que estas em tempos conferiam é hoje amplamente partilhada com outras economias avançadas ⁽¹⁰²⁾. Existe uma tese influente que sugere que, apesar da sua preponderância, a América já não consegue resistir (não sem custos pesados) ao enorme conjunto de regras, regulamentos, costumes e convenções que governam os assuntos internacionais, e que dependem do consenso. A aceitação submissa da cultura popular americana também não deve ser encarada como algo implícito. A resistência cultural, manifestada de forma mais radical no fundamentalismo islâmico, poderá espalhar-se mais depressa quando as elites guardiãs das culturas nacionais virem reduzida a sua influência. E à medida que os custos da grandeza forem aumentando, e os seus benefícios diminuindo, o contribuinte americano poderá levar a mal o fardo do império e perder interesse no esforço para preservar o poder americano na sua preeminência solitária. O ciclo de mudanças começaria de novo.

Tudo isto em teoria poderia corrigir o desequilíbrio de um mundo unipolar. E poderá fazê-lo, efetivamente. Não podemos é ter a certeza. O poder militar americano pode não ter os meios para vencer guerras na «zona disputada» onde o combate é de «baixa tecnologia» e as baixas elevadas. Mas poderá encontrar aliados dispostos (por um preço) a suportar o custo de travar essas «guerras sujas». A indústria americana pode perder a sua competitividade, e a balança

comercial da América tornar-se ainda mais desfavorável. Mas o papel da América como eixo monetário da economia global e a complexa ligação entre o valor do dólar e o poder militar americano poderá exigir uma «renda» enorme que outros pagarão até ao dia, num futuro distante, em que se encontrar um substituto. Em terceiro lugar, não é de todo certo que a resistência cultural - exceto em formas muito localizadas - conseguirá impor limites à expansão da cultura «anglo-americana», com o seu imenso arsenal de meios de comunicação de massas, serviços educativos e atividades de investigação. No início do século XXI, a maioria dos indícios apontam no sentido contrário. Em quarto lugar, embora a colaboração das elites políticas em diferentes regiões do mundo possa certamente variar, resistir à influência americana poderá revelar-se cada vez mais difícil. As fronteiras dos Estados (sobretudo dos Estados fracos) tornar-se-ão cada vez mais permeáveis, e a influência da iniciativa transnacional (quer através de empresas comerciais ou organizações não-governamentais) irá certamente aumentar. Mobilizar o «nacionalismo» contra o opressor externo poderá tornar-se ainda mais difícil. Outras formas de resistência poderão dirigir-se contra os protegidos e aliados da América ou contra a própria América. E sem outro grande «patrocinador» prometendo apoio internacional, o custo de uma resistência mais do que local poderá ser demasiado elevado. Em quinto lugar, apesar dos prognósticos de que surgirão novos rivais (a China é a candidata habitual), é pelo menos igualmente provável que as repercussões de mudanças sociopolíticas internas impeçam o seu avanço para a categoria de superpotência. Por fim, as hipóteses de uma revolta interna contra o encargo imperial da América dependerão em muito dos custos que este acarretar. Por todas as razões referidas acima, esses custos são muito difíceis de prever.

Isso não quer dizer que não existam limites para o poder da América. No entanto, segundo quase qualquer critério, estes transcendem hoje os limites dos impérios que temos observado em vigor desde o início do século XV. Os escritores que têm equiparado a posição «hegemónica» da América à da Grã-Bretanha vitoriana revelam uma ignorância espantosa da história de ambas. Se esse poder será usado para tornar o mundo mais seguro ou agravar os seus conflitos através de intervenções mal geridas, é uma questão completamente diferente. Nenhuma previsão é segura. Como todas as gerações anteriores, enfrentamos o futuro com pouco mais do que conjeturas para basear os nossos planos. Se o ritmo frenético da integração económica (o que chamamos «globalização») abrandasse bruscamente ou invertesse a sua marcha, o parágrafo anterior perderia grande parte do seu sentido. E a nossa visão do passado, mas também a do futuro, seriam novamente alteradas.





9. Praça Tiananmen: o império continua